

COMUNICAÇÃO E JUVENTUDES EM MOVIMENTO

NOVAS TECNOLOGIAS, TERRITÓRIOS
E DESIGUALDADES

04

"JOVENS POBRES E O USO DAS NTICs NA CRIAÇÃO DE NOVAS ESFERAS PÚBLICAS DEMOCRÁTICAS"

RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA
POR *Patrícia Lânes Araujo de Souza*
E *Julia Paiva Zanetti*

REALIZAÇÃO:

ibase.

IDRC



CRDI

Agradecemos a todas e todos que, de diferentes maneiras, contribuíram para a realização da presente pesquisa: Ana Lucia Enne, Anderson Barnabé, André Sobrinho, Augusto Gazir, Barbara Araujo, Carolina Meirelles, Daniela Montper, Daniele Duarte, David Amem, Diego Couto Bion, Diego Santos, Dudu de Morro Agudo, Edilson Maceió, Eliane Ribeiro, Francisco Valdean, Fransergio Goulart, Giordana Moreira, Gizele Martins, Heraldo Bezerra (HB), Iara Amora, Jana Guinond, Janaira Oliveira (ReFem), Juan Souza, Juliana Farias, Leo da XIII, Leo Name, Leornado Átomo (Usal), Lidi de Oliveira, Lisa Castro, Luis Henrique Nascimento, Marcão Baixada, Marcia Leite, Márcio Bertoni, Marcus Faustini, Maycom Brum, Mayra Jucá, Natália Mazotte, Pamella Costa, Pâmella Passos, Paulo Cesar Carrano, Paulo Victor Leite Lopes, Repper Fiell, Regina Reyes Novaes, Repper Fiell, Ricardo Fernandes, Thamyra Thamara, Tori Holmes.

INTRODUÇÃO	4
PERCURSOS METODOLÓGICOS	6
CADA CASO É UM CASO	7
LEVANTAMENTO DOS DADOS: O CAMPO EM MOVIMENTO	13
AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO E SUAS CONFIGURAÇÕES	16
REDES SOCIAIS PARA MOBILIZAÇÃO	17
USO DOS BLOGS	19
UMA IMAGEM FALA MAIS QUE MIL PALAVRAS	21
ECOS DA PESQUISA	24
RELAÇÕES DE GÊNERO E NOVAS TECNOLOGIAS: VISIBILIDADES POSSÍVEIS E INTERDIÇÕES VISÍVEIS	24
POSSIBILIDADES E IMPASSES DE UMA GERAÇÃO POSSÍVEL	26
MÍDIAS MASSIVAS E PÓS-MASSIVAS: PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS	29
INDIVÍDUO E COLETIVO: JUNTOS E MISTURADOS?	34
FALANDO PARA QUEM? FINANCIADO POR QUEM? RELAÇÕES COM PODER PÚBLICO E EMPRESAS	37
ONLINE X OFFLINE? – TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO	40
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45
ROTEIRO ENTREVISTA INDIVIDUAL	45
QUESTIONÁRIO PERFIL DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS) – APLICADO APÓS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS	46

INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se à pesquisa *Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas*¹, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e financiada pelo Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC/Canadá). A pesquisa teve como objetivo geral produzir informações qualificadas sobre a utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação entre jovens pobres, em especial, moradores(as) de favelas e bairros populares da Região Metropolitana Rio de Janeiro, a fim de contribuir para transformar a visão que o poder público e sociedade têm, fortalecendo a atuação social e política dos atores envolvidos e dando visibilidade aos usos que fazem das NTICs para mobilização social, melhoria de qualidade de vida e garantia de direitos.

O presente relatório baseia-se em três relatórios de estudos de caso que compuseram a investigação. Foram eles: Cultura na Baixada Fluminense e o uso das NTICs; Gênero/mulheres jovens; e Identidade favelada, juventude e o uso das NTICs. Trataram-se de estudos qualitativos, centrados no levantamento bibliográfico e de informações via Internet, observação de eventos e realização de entrevistas em profundidade com pessoas de favelas, bairros e municípios populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro². Os dados foram analisados separadamente e resultaram em três relatórios (também disponíveis para leitura) a partir dos quais este texto foi organizado, buscando destacar metodologia, o papel das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação nos casos em questão e, também, alguns achados que, acreditamos, podem contribuir para se pensar algumas questões relativas à mobilização social de moradores(as) de áreas populares de certa geração.

A presente pesquisa partiu de alguns pressupostos, considerando, inclusive, pesquisas anteriores realizadas por Ibase e parceiros³. Entre eles, que as últimas décadas foram marcadas por intensas transformações tecnológicas com variadas implicações sociais. A popularização dos computadores, da Internet e dos celulares, para ficar em alguns exemplos, contribuíram para criar e alterar formas de sociabilidade e de comunicação. De acordo com a antropóloga brasileira e especialista em juventude Regina Reyes Novaes, “a despeito de todas as desigualdades e diferenças, qualquer análise sobre a condição juvenil atual deve levar em conta: as imagens da juventude disseminadas pela publicidade, a televisão que tudo transmite em tempo real e a internet, com seus mais variados usos. ‘Ser jovem’ em um ‘mundo conectado’ é viver uma experiência historicamente inédita”. (NOVAES, 2006, p.113)

O sociólogo Manuel Castells (2007) utiliza a noção de *tecnossociabilidade* para pensar “as tecnologias de comunicação não como ferramentas, mas como contextos, condições ambientais que tornam possível novas maneiras de ser, novas correntes de valores e novas sensibilidades sobre o tempo, o espaço os acontecimentos culturais”.

1. A ideia de esfera pública aqui considerada relaciona-se ao espaço de diálogo, convivência e conflitos, onde a comunicação é elemento central, mas também onde se fazem presentes nas relações estabelecidas desigualdades múltiplas. O espaço público também é arena de ação política em que a cidade é elemento central e que as novas tecnologias da comunicação estão obrigando a repensar.

2. A análise completa dos materiais pode ser encontrada nos relatórios de estudos de caso, bem como a lista de organizações, coletivos, sites, blogs e perfis em redes sociais investigados.

3. Refiro-me especialmente às pesquisas *Juventude Brasileira e Democracia* (Ibase, Pólis, 2005), *Juventude e Integração Sul-americana* (Ibase, Pólis, 2007); e *Juventudes sul-americanas: diálogos para integração regional* (Ibase, Pólis, 2010).

Se é verdade que essa é a geração da *tecnossociabilidade*, não se pode minimizar a convivência das novas tecnologias com diferentes agências de socialização, tais como família, bairro, escola, religião etc. A sociabilidade de determinado segmento juvenil é sempre fruto de diferentes combinações de espaços de socialização. Isso porque o “atual” é composto por uma variedade de arranjos entre tradição e inovação, presentes na vida de diferentes segmentos juvenis. Sem levar em conta esses aspectos, corre-se o risco de homogeneizar a juventude. (NOVAES, 2006)

Além disso, de acordo com Escobar (2005), o ciberespaço, em sua concepção utópica, poderia ser compreendido como “possibilidade de estabelecer uma lógica de autoorganização descentralizada e não hierárquica”. As Novas Tecnologias devem ser entendidas, portanto, como contextos, como condições contemporâneas de ser e de compreender o mundo, incluindo a construção de novas (e revisão de velhas) utopias. Elas permeiam não apenas aqueles que as utilizam diretamente, mas a linguagem construída a partir da Internet que alterou, por exemplo, a maneira como outros meios de comunicação (como jornais impressos e televisão) produzem seu conteúdo. No entanto, são entendidas por muitos(as) jovens como instrumentos que podem ser utilizados de acordo com seus objetivos e concebidos a partir de interesses diversos. Não se trataria, portanto, de dimensões contraditórias de análise, mas, ao contrário, de dois planos interrelacionados que se encontram presentes nesta pesquisa e em pesquisas anteriores.

Os(as) jovens pobres, que aparecem dessa maneira no enunciado da investigação, são tomados aqui como pessoas de determinada geração que vivem em territórios onde o acesso a serviços básicos e direitos é dificultado ou inexistente. Ou seja, não estamos tomando pobreza aqui como mera questão de renda (até porque, como será visto mais adiante, há uma grande diversidade nesse ponto entre os entrevistados), mas uma questão relacionada a direitos garantidos disponíveis em seus locais de moradia. Há de se considerar, portanto, uma dimensão estrutural na análise aqui realizada. Se, de certo modo, por pertencerem a uma determinada geração há uma oferta em termos culturais e comunicacionais (que inclui as novas tecnologias, mas não apenas elas), há também constrangimentos que dizem respeito ao lugar em que, a princípio, estariam localizados na estrutura social, que os(as) coloca em posição menos privilegiada em termos de garantia de direitos e acesso a serviços básicos, por exemplo. Esta desigualdade se relaciona a outras tantas, como de gênero e raça, por exemplo, e se revela também em termos territoriais.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Em muitos relatórios de pesquisa, os dados e resultados são apresentados como se não tivesse havido trabalho em sua produção, como se, por trás dos mesmos, não tivesse havido um intenso (e tenso) processo de construção das perguntas, de levantamento dos dados, de agendamento e reagendamento de entrevistas, de questionamento sobre os objetivos, sobre os métodos e sobre o que foi levantado através deles. Optamos por iniciar nosso relatório final contando brevemente a história da pesquisa. Como nos lembra o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2000), o trabalho sociológico pode ser considerado um ofício e, nele, a atenção aos detalhes e às menores escolhas também é definidora e indicadora de opções teóricas e conceituais. É no dia a dia do ofício que os cientistas sociais experimentam e reelaboram seus pressupostos teóricos e seus preconceitos como sujeitos sociais.

Os resultados aqui apresentados são fruto de um processo de pesquisa iniciado com a redação do projeto, seus objetivos e pressupostos básicos. Desde então, e com a possibilidade de realização da pesquisa confirmada, iniciamos o levantamento bibliográfico e conversas semanais sobre as leituras com as pessoas envolvidas na equipe. Esta bibliografia não será, no entanto, aqui apresentada em separado já que acreditamos que ela só faz sentido na medida em que nos tenha ajudado a compreender os dados empíricos (e também a refazer as perguntas que nos levaram até eles). Ela poderá ser encontrada, no entanto, no decorrer do presente relatório, nos relatórios dos estudos de caso (que deram origem a este) e também nas referências ao final.

A bibliografia utilizada e os dados levantados ao longo do trabalho de campo foram objeto constante de debate. Por um lado, realizamos encontros sistemáticos da equipe de pesquisa para conversar sobre o trabalho de campo e as leituras. Por outro, buscamos no escopo da pesquisa criar oportunidades de conversas com outros interlocutores. Para a definição dos estudos de caso, por exemplo, conversamos com cerca de 15 pessoas, consideradas por nós pessoas com diferentes conhecimentos sobre temas relacionados às nossas preocupações de pesquisa. Buscamos pessoas com diferentes trajetórias e de diferentes gerações para nos ajudarem a definir os estudos de caso orientados pelos objetivos da pesquisa.

A partir destas conversas, e de levantamento preliminar na Internet, chegamos até algumas ideias sobre os estudos a serem realizadas. Neste momento, convidamos um grupo de “especialistas”, desta vez buscando pessoas com afinidades temáticas, mas também com afinidades pessoais, ou seja, com as quais já tivéssemos relações anteriores de trabalho, militância, interlocução. Eram pessoas com distintos acúmulos sobre os temas, inclusive acadêmicos, capazes de nos ajudar a (re)pensar nossas questões iniciais. Naquele momento, pareceu-nos fundamental ter um ambiente heterogêneo, mas também acolhedor para expor e debater nossas

primeiras ideias recém-concebidas. Esta conversa coletiva resultou na escolha dos três estudos de caso realizados. Os casos escolhidos também consideraram experiências anteriores das pesquisadoras envolvidas. Sendo assim, como citado anteriormente, os estudos de caso foram os seguintes: Cultura na Baixada Fluminense e o uso das NTICs; Gênero/mulheres jovens; e Identidade favelada, juventude e o uso das NTICs.

CADA CASO É UM CASO

A ideia de realizar o estudo em questão já se encontrava no projeto de pesquisa enviado para financiamento. Naquele momento, no entanto, tínhamos em mente que seria preciso um levantamento inicial antes de definirmos precisamente qual seriam os casos a serem estudados. Desta forma, nossa ideia inicial seria selecionar estes casos a partir de alguns parâmetros comuns, sendo eles:

1. o envolvimento de jovens moradores(as) de áreas populares em atividades de reivindicação que envolvessem (também) as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs);
2. diferentes tipos de demandas ou reivindicações por eles(as) enunciadas (demandas por espaços de lazer/ esporte, por escola, por segurança pública, por trabalho; denúncia de práticas violentas, más condições de vida ou violação de algum direito, por exemplo);
3. o perfil dos sujeitos jovens envolvidos no que se refere a diferentes territórios, modos de organização e ação política, faixa etária (dentro de um recorte “jovem”, que no Brasil costuma se estender de 15 a 29 anos), raça/cor, identidades acionadas para reivindicação etc, considerando também a importância de analisarmos a presença das mulheres jovens nos fenômenos a serem estudados, bem como as relações e papéis de gênero estabelecidos em seu interior e a reificação ou ruptura com determinados padrões de masculinidade e/ou feminilidade;
4. características espaciais e territoriais, considerando recortes territoriais, mas também levando em conta a possibilidade de se tratarem de atores provenientes de diversos territórios que tenham, justamente, a possibilidade de recolocar demandas e reivindicações em outro nível pelas oportunidades de encontro e confluência de afinidades e valores trazidas por essas tecnologias.

Sendo assim, ao realizarmos o levantamento inicial, tínhamos esses quatro aspectos em mente como guias constantes de nossa busca. Em nosso seminário inicial com especialistas, apresentamos uma série de atores/temas que poderiam ser pesquisados. E foi neste momento que definimos que nossa entrada deveria ser temática e não por determinados sujeitos e atores. Em seguida, chegamos aos três temas: Cultura na Baixada Fluminense e NTICs, Gênero e NTICs e Identidade favelada e NTICs. Eles foram a maneira que encontramos para incorporar diferentes experiências que havíamos encontrado no levantamento inicial a partir dos parâmetros anteriormente descritos, buscando lidar com a questão da pobreza (que está no cerne da proposta inicial) associada a violações de direitos e precariedade de serviços mais presentes em determinados locais de moradia ou grupo identitário, e também à questão da juventude, mas como questão geracional (como será debatido mais adiante). Os casos estudados podem ser brevemente resumidos no quadro a seguir.

CASOS	ATORES PESQUISADOS	TERRITÓRIOS PESQUISADOS	QUESTÃO CENTRAL
CULTURA NA BAIXADA FLUMINENSE E NTICS	<ul style="list-style-type: none"> • Enaizados • Cineclube Burado do Getúlio • Cineclube Mate com Angu 	Municípios da Baixada Fluminense	De que maneira mobilizações culturais na Baixada Fluminense se utilizam das Novas Tecnologias?
GÊNERO E NTICS	<ul style="list-style-type: none"> • Donas da Arte • Roque Pense • Estimativa • Camtra • Marcha contra a Mídia Machista RJ • Marcha das Vadias RJ 	Cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense	Como as mulheres jovens estão usando as NTICs para mobilização social e ação política?
IDENTIDADE FAVELADA E NTICS	<ul style="list-style-type: none"> • Blogueiros(as) moradores de favelas • Correspondentes comunitários • Sites e blogs de instituições de favelas 	Favelas do município do Rio de Janeiro (Borel, Cidade de Deus, Alemão, Maré, Santa Marta)	De que forma jovens moradores(as) de favelas utilizam as NTICs para reivindicação de direitos e mobilização social?



 REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

■ **LOCAIS DE ENCONTRO**

- | | |
|--|---|
| <p>A Sede do Enraizados
(COMENDADOR SOARES)</p> <p>B Praça do Skate, Cineclube Buraco do Getúlio e Casa de Cultura de Nova Iguaçu
(CENTRO)</p> <p>C Sede do Cineclube Mate com Angu
(CENTRO)</p> <p>D Sede do Jornal A Voz da Comunidade e do Instituto Raízes em Movimento
(COMPLEXO DO ALEMÃO)</p> <p>E Sede do Observatório de Favelas e do Ceasm
(MARÉ)</p> | <p>F Marcha das Vadias – UFRJ
(CENTRO)</p> <p>G Sede do Viva Rio
(GLÓRIA)</p> <p>H Sede do Grupo Eco e da Rádio Santa Marta
(BOTAFOGO)</p> <p>I Marcha das Vadias
(COPACABANA)</p> <p>J Projeto Arteiros, Conexão Cultural, Agência de Redes para a Juventude e Parceiros do RJ
(CIDADE DE DEUS)</p> |
|--|---|

Apesar do que poderia ser percebido como homogeneidade em termos de perfil dos(as) entrevistados(as), já que buscávamos jovens pobres moradores(as) da cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos, o que foi possível perceber, na realidade, foi uma grande variedade de perfis socioeconômicos e referentes a engajamentos sociais e políticos. As trajetórias dos(as) entrevistados(as), conhecidas sobretudo ao longo das entrevistas apontam para uma série de possibilidades, ainda que perpassadas por certas características comuns que fazem parte de certa vivência histórica semelhante, por fazerem parte de uma mesma geração. A maior parte dos entrevistados era do sexo masculino (com exceção do estudo de caso sobre gênero), com mais de 25 anos, autodeclarados pardos ou pretos e heterossexuais. No que se refere às questões de raça/cor, ainda que dos 24 entrevistados 19 tenham se identificado como negros (pretos ou pardos, de acordo com classificação do IBGE), apenas três das experiências pesquisadas pautavam especificamente esta questão (o *Enraizados*, o *Donas de Arte* e a *Estimativa*⁴, os dois últimos articulam gênero e raça). As outras experiências eventualmente postam ou fazem referência a questões raciais, mas não se trata de um tema constante ou central para estas, o mesmo acontece com as questões de gênero nos estudos de caso sobre cultura e favela. Há uma grande variação em termos de renda (entre aqueles que declararam quanto haviam recebido como último salário, houve variação entre 800 e 3 mil reais).

As pessoas pesquisadas apontam para múltiplos pertencimentos em termos de participação tomando parte, ou tendo participado, de diversos grupos e instituições, frequentemente dentro das mesmas temáticas. Por exemplo, no estudo sobre cultura, membros do *Mate com Angu* estão vinculados a outras iniciativas que se desenvolvem na Internet como a revista eletrônica *Lurdinha*⁵ e a *Web TV Buraco Cavernoso*⁶. No caso sobre gênero, mais da metade das entrevistadas esteve presente na Marcha das Vadias e/ou nas reuniões de organização, duas estavam vinculadas tanto ao *Donas da Arte* como à *Estimativa* e três participaram ativamente da Marcha contra a Mídia Machista. No caso do estudo sobre identidade favelada, diversos entrevistados(as) haviam passado (ainda que nem sempre no mesmo momento) por determinadas organizações e/ou projetos como Observatório de Favelas ou Viva Rio/Viva Favela.

4. Cabe lembrar novamente que o *Donas de Arte* é um núcleo do *Enraizados*, assim como é interessante notar que as coordenadoras do *Donas da Arte* também estão vinculadas à *Estimativa* e que estas duas experiências são parceiras.

5. *Lurdinha* – “Duque de Caxias para Estômagos Fortes” é uma revista eletrônica, que, segundo o site, pela falta de uma opinião pública que interfira de fato nos destinos da cidade faz que Caxias continue sendo uma cidade grande, populosa, desordenada, com uma das maiores concentrações de renda do país.

6. O *Buraco Cavernoso*, de acordo com as informações do site, é um projeto de webtv nascido em 2009, na cidade de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Apresenta programas de entrevistas e pretende discutir o mundo por fora do sistema das grandes emissoras.

PERFIL DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)

CASOS/ IDENTIFICAÇÃO ENTREVISTADOS(AS)	SEXO	GRUPO/ INSTITUIÇÃO	IDADE	COR / RAÇA	ESCOLARIDADE	LOCAL DE MORADIA
CULTURA/E1	M	Movimento Enraizados	18	Preta	Ensino médio incompleto	Rocha Sobrinho/Mesquita
CULTURA/E2	M	Movimento Enraizados	25	Preta	Ensino médio completo	Cerâmica/Nova Iguaçu
CULTURA/E3	M	Cineclube Buraco do Getúlio	27	NS/NR	Ensino médio completo	Miguel Couto/Nova Iguaçu
CULTURA/E4	M	Cineclube Mate com Angu	32	NS/NR	Graduação incompleta	Vila São Luís/Duque de Caxias
CULTURA/E5	M	Movimento Enraizados	33	Preta	Graduação incompleta	Morro Agudo/Nova Iguaçu
CULTURA/E6	M	Movimento Enraizados	35	Preta	Ensino médio completo	Nova Iguaçu
FAVELA/E7	M	Voz da Comunidade	18	Preta	Ensino médio incompleto	Morro do Alemão/Rio de Janeiro
FAVELA/E8	F	Voz da Comunidade, Viva Favela, ESPOCC e Solos Culturais/ Observatório de Favelas	23	Preta	Graduação completa	Alemão/Rio de Janeiro
FAVELA/E9	M	Arteiros, Conexão Cultural, Agência Redes de Juventude, Parceiros do RJ	23	Preta	Graduação incompleta	Cidade de Deus/ Rio de Janeiro
FAVELA/E10	M	Iser/Correspondentes da Paz	24	Preta	Graduação completa	Borel/Rio de Janeiro
FAVELA/E11	M	Raízes em Movimento	24	Parda	Cursando o ensino médio	Alemão/Rio de Janeiro
FAVELA/E12	F	Ceasm	27	Preta	Graduação completa	Maré/Rio de Janeiro
FAVELA/E13	F	Conexão Cultural e Redes de Juventude	27	Preta	Ensino médio completo	Cidade de Deus/ Rio de Janeiro
FAVELA/E14	M	Grupo Eco	28	Preta	Graduação completa, cursando pós-graduação	Santa Marta/Rio de Janeiro
FAVELA/E15	M	Observatório de Favelas	31	Parda	Graduação completa	Maré/Rio de Janeiro
FAVELA/E16	M	Raízes em Movimento	31	Preta	Graduação completa	Alemão/Rio de Janeiro
FAVELA/E17	M	Visão da Favela, Rádio Santa Marta	33	Parda	Ensino fundamental completo	Santa Marta/Rio de Janeiro
GÊNERO/E18	F	Marcha contra Mídia Machista	20	Parda	Ensino médio	Rocha Miranda/Rio de Janeiro
GÊNERO/E19	F	Marcha das Vadias	20	Parda	Graduação incompleta	Sta. Cruz da Serra/ Duque de Caxias
GÊNERO/E20	F	Camtra	28	Branca	Pós-graduação	Centro/Rio de Janeiro
GÊNERO/E21	F	Marcha das Vadias	30	Branca	Graduação completa	Méier/Rio de Janeiro
GÊNERO/E22	F	Donas da Arte	32	Preta	Ensino fundamental	Morro Agudo/Nova Iguaçu
GÊNERO/E23	F	Coletivo Let's Pense	32	Branca	Ensino médio	Centro/ Mesquita
GÊNERO/E24	F	Donas da Arte e Estimativa	NR	Preta	Graduação completa	Parada Angélica/ Duque de Caxias

Além das entrevistas realizadas, durante o levantamento de *blogs*, *sites* e redes sociais feito na internet foi possível perceber (sobretudo nos perfis das redes sociais) que, ainda que haja uma clara conformação de um *ethos* militante ou engajado a partir do qual os(as) entrevistados(as) se apresentam publicamente em seus perfis como pessoas atentas a determinados assuntos e práticas (que tem a ver com questões políticas e sociais), não desaparecem de todas as outras dimensões, como relações familiares e de amizade, vinculações identitárias de outros tipos (como a times de futebol, por exemplo) e práticas variadas de lazer e consumo. Estas e outras dimensões convivem em seus perfis e tornam ainda mais complexa a compreensão sobre quem seria hoje militante. No entanto, estes aspectos não foram tomados para análise em nosso caso, já que buscamos compreender mais profundamente as questões enunciadas.

O acesso às Novas Tecnologias se dá de forma diversa entre os entrevistados e famílias, escola e organizações sociais em que estão ou estiveram envolvidos desempenharam papel relevante, ainda que o interesse individual e a busca por novos conhecimentos relacionados à comunicação tenham peso fundamental no investimento deste uso em muitos casos. As trajetórias de militância, escolar/universitária e profissional se combinam na continuidade deste acesso e no aprimoramento de seu uso. Por outro lado, o fato de saberem utilizar tais tecnologias também parece ter pesado em alguns casos em suas trajetórias profissional, universitária e de militância/trabalho social. Ainda que precária e desigual, a ampliação do acesso a tais tecnologias que, como já foi dito, envolve a presença de diferentes mediadores (aí incluídos família, escola/universidade, organizações sociais, mas também o mercado) tornam mais possível para uns do que para outros estes usos. Além de contribuírem para conformar o tipo de uso que será feito por eles, como esferas de influência que são combinadas por cada indivíduo de múltiplas formas, podendo resultar em um sem número de apropriações e discursos.

LEVANTAMENTO DOS DADOS: O CAMPO EM MOVIMENTO

A seguir, passamos a uma das fases mais trabalhosas da pesquisa: o trabalho de campo. A partir daquelas conversas iniciais, elaboramos uma primeira lista de contatos para realizar. Em cada entrevista, pedíamos o contato de outras pessoas. Desse modo, chegamos aos 31 entrevistados(as) nos estudos de caso, entre jovens e adultos.

Inicialmente, a distinção entre jovens e adultos nos pareceu relevante. Em primeiro lugar porque o(a) jovem estava na hipótese inicial da pesquisa, ou seja, apostávamos que a temática do uso das Novas Tecnologias para mobilização social seria uma característica de determinada geração. Em parte, nossa hipótese foi confirmada. O problema apareceu, no entanto, no momento em que foi preciso determinar quem seria e quem não seria jovem. Se, como nos ensinam diversos autores, entre eles o já citado sociólogo Pierre Bourdieu, a compreensão dos fenômenos sociais reside na compreensão das relações sociais existentes nada poderia ser mais correto no que diz respeito ao tema das gerações. O mesmo Bourdieu (1983), em uma conhecida conferência em que falou sobre juventude, afirmou que somos sempre jovens ou velhos de alguém. Por outro lado, no debate sobre políticas públicas de juventude e participação, tema trabalhado pelo Ibase em pesquisas anteriores (em parceria com Pólis e diversas outras instituições), a questão etária é fundamental. Poder público, legisladores, gestores precisam definir um marco etário para as políticas e ações destinadas a um público-alvo chamado juventude. Nestes casos, o uso de certo arbitrário etário, a partir do entendimento (inclusive teórico) sobre o que vem a ser jovem e a realidade social de cada país, estado, cidades etc. faz todo o sentido. Em nosso caso, acabamos por alargar o que no Brasil se entende por jovem, uma faixa já bastante ampla que vai dos 15 aos 29 anos porque, em nosso entendimento, pessoas entrevistadas com vinte e muitos ou trinta e poucos anos compartilhavam uma mesma experiência geracional que fazia com que usassem essas tecnologias para mobilização e ação sociais de modo semelhante (este tema será aprofundado mais adiante). O fato é que entrevistamos 24 jovens e outras seis pessoas que consideramos já adultas⁷.

As entrevistas duraram, em média, 1h30 e ocorreram em local de escolha do(a) entrevistado(a), muito comumente seu local de trabalho/ militância, mas também na casa de alguns(mas), locais públicos (bares, padarias etc.). O agendamento de quase todas as entrevistas aconteceu através da rede social Facebook e a adesão do(a) entrevistado(a) como “amigo” de uma das pesquisadoras auxiliou no estabelecimento de uma relação prévia à entrevista, quando isso ainda não havia acontecido, e na maior compreensão sobre o modo como o(a) entrevistado se apresentava no ambiente das redes sociais e da Internet como um todo (já que também visitamos

⁷ No estudo de caso sobre gênero foi entrevistada também uma jovem do coletivo *Bloqueiras Feministas*, porém verificou-se que, no Rio de Janeiro, o grupo não contava com a participação de nenhum(a) jovem de camada popular.

blogs, sites etc previamente à entrevista). Outro dado importante é o fato de as entrevistadoras, em pelo menos dois dos estudos de caso, já fazerem parte da rede de relações de alguns(mas) entrevistados(as) por serem elas militantes e/ou trabalharem com causas e temas próximos aqueles dos(as) entrevistados(as). Talvez possamos falar no compartilhamento de um *ethos* militante comum entre ambos que ajudou a estreitar relações a partir de afinidades, gerando uma maior facilidade no ambiente das entrevistas. Ainda que tenha havido o risco de não se realizar o trabalho de objetivação necessário para que o que parece tão óbvio tanto para entrevistados(as), quanto para as entrevistadoras não seja naturalizado e se converta em questão de investigação.

A maior parte das entrevistas foi marcada com certa facilidade, nos casos em que isso não ocorreu, os entrevistados deram como justificativa dificuldade em suas agendas, ainda assim realizaram-se quase todas as entrevistas previstas nos estudos de caso e presencialmente. Apenas em um dos casos, foi necessário fazer parte da entrevista via Skype devido à falta de agenda da entrevistada e sua importância para a compreensão do estudo de caso em questão. Foi criado um mesmo roteiro para todos(as) entrevistados(as), independentemente do estudo de caso, pensando que as questões e objetivos que orientavam a pesquisa eram os mesmos, apesar das especificidades dos casos. O roteiro (em Anexos) foi composto por três blocos em que buscamos conhecer parte da trajetória de social, familiar, escolar e profissional dos(as) entrevistados(as), a construção e prática de sua militância/trabalho social, e os usos que fazia das novas tecnologias. No entanto, buscou-se, ao longo da entrevista, respeitar o tempo e os nexos feitos pelos entrevistados. Os pontos do roteiro eram percorridos, mas de diferentes formas, a depender do(a) entrevistado(a) e da relação estabelecida entre entrevistadora e ele(a)⁸. Ao final de cada entrevista, pediu-se a cada entrevistado(a) preenchesse uma espécie de questionário fechado com 22 questões que buscaram traçar um rápido perfil sócioeconômico e sobre o uso das NTICs por eles⁹.

Além das entrevistas, foi feito também um levantamento de informações nos *blogs, sites*, portais e redes sociais mantidos pelas experiências pesquisadas e entrevistados. Apesar de ter sido realizado de forma sistemática em período de tempo circunscrito (de junho a setembro de 2012) não consideramos esta atividade como *etnografia virtual*, já que há ampla literatura discutindo quais seriam as características específicas dessa modalidade de método etnográfico (Hine, 2004; Montardo, Passerino, 2006). Para nós, houve uma preocupação, que durante a análise também se mostrou pertinente, de tratar atividades associadas à Internet e outras atividades *offline* como dimensões de uma realidade complexa em que estão inscritos entrevistados e experiências pesquisadas. Sendo assim, nos pareceu importante lançar mão de diferentes métodos de

8. Com os(as) entrevistados(as) que não consideramos jovens fizemos entrevistas menos detalhadas, buscando conhecer determinadas organizações, iniciativas e práticas e menos a trajetória de cada um(a) deles(as).

9. Esta ficha teve como inspiração um questionário aplicado por nós, em parceria com o professor Leo Name, do Departamento de Geografia da PUC/RJ, durante a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, em junho de 2012. Seu objetivo foi conhecer o perfil das participantes da Marcha e incorporar os dados à análise relativa ao estudo de caso de gênero. No caso da Marcha, o questionário tinha 40 questões e foi aplicado junto a 102 participantes com a ajuda de alunos(as) de graduação em Geografia da PUC-Rio Gabriela Duarte, Iata Mendonça, Valquíria Aciole, Maykon Silva e Raphael Mendonça bolsistas da PUC.

10. *Os pareceristas leram versões preliminares dos relatórios apontando fragilidades e potencialidades dos mesmos. No estudo de caso sobre cultura e NTICs na Baixada Fluminense, Ana Lucia Enne, doutora em Antropologia e professora do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense; no estudo de caso sobre identidade favelada e NTICs, Juliana Farias, doutoranda em Sociologia (PPG-SA/ IFCS); e, no estudo de caso gênero e NTICs, Leo Name, doutor em Geografia e professor do Departamento de Geografia da PUC-Rio.*

pesquisa (entrevistas, levantamento na Internet, mas também acompanhamento presencial de algumas atividades e eventos) para, na medida do possível, conseguir compreender os fenômenos em questão e responder as perguntas que haviam sido formuladas inicialmente.

Por último, é preciso dizer que um importante pressuposto nos acompanhou ao longo da produção de conhecimento realizado nesta pesquisa: o do diálogo. Como foi visto inicialmente, desde o princípio da pesquisa, buscamos diversas interlocuções com pessoas de movimentos e organizações sociais e também acadêmicos que já possuíam diferentes acúmulos sobre o tema. E houve outros momentos em que esta estratégia se fez presente. Ao longo da elaboração dos relatórios de estudo de caso convidamos três pareceristas¹⁰ para serem nossos interlocutores na redação dos relatórios. Após sua conclusão, enviamos versões preliminares de cada relatório para os(as) entrevistados(as) e organizamos um encontro com eles(as) para ouvir suas críticas e sugestões, que buscamos incorporar na versão final dos documentos. Meses depois, voltamos a realizar uma reunião com “especialistas” para ouvi-los(as) sobre os relatórios dos estudos de caso e receber sugestões sobre o relatório final, que encontrava-se em fase de elaboração. Estes momentos foram, para nós, essenciais para os resultados finais da investigação.

AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUAS CONFIGURAÇÕES

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação têm proporcionado um modelo diferente ao dos meios de comunicação convencionais, marcados pela verticalidade, por meio de um fluxo de informações unidirecional e um rígido controle ideológico daqueles que os dominam. Enquanto isso, as possibilidades proporcionadas pelas Novas Tecnologias se baseiam na interatividade, podendo ser vistas como um “arquipélago descentralizado de zonas relativamente autônomas” e tendendo a promover a criação de culturas em rede sem as identidades homogeneizadas usadas pelos meios de massa. (Escobar, 2005)

Certamente, a Internet é a principal ferramenta que tem possibilitado esse novo modelo de comunicação, sendo fundamental para a promoção de novas formas de participação política e ampliação das esferas democráticas. Neste contexto, em junho de 2011 a ONU¹¹ reconhece o acesso à Internet como um direito humano, destacando que esta se tornou um dos principais meios pelo qual os indivíduos podem exercer o direito à liberdade de expressão e opinião, conforme o previsto pelo artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Apesar de não se poder reduzir as NTICs apenas à Internet, estas características da rede foram reconhecidas e bem apropriadas pelas experiências pesquisadas, que a utilizam das mais variadas formas. Todas têm no mínimo um perfil ou grupo no Facebook, a maioria tem contas no Twitter e Youtube, além da própria página e/ou *blog*. Algumas, como a Estimativa, o Voz das Comunidades e o Enraizados, têm atividade intensa em termos de frequência de postagens, número de “amigos”, “seguidores” e/ou acessos. Campanhas, reivindicações, eventos etc. são promovidos, divulgados e relatados por meio dessas ferramentas, que podem servir para informar e manter contato com o público envolvido, mas também para apresentar a experiência para aqueles que não a conhecem ou para informar os próximos ou últimos acontecimentos àqueles que não estão no cotidiano institucional. Muitos(as) dos entrevistados(as) referem-se à Internet e ao que está a ele relacionado (e também ao celular, por exemplo) deste modo: como ferramentas.

O uso da Internet vem articulado a outras novas tecnologias que são utilizadas para elaboração de produtos próprios que dão voz aos grupos pesquisados, como videoclipes musicais, videodocumentários, curtas-metragens, registros fotográficos, programas de rádio, sessões on e *offline* de cineclubes. Filmadoras, câmeras fotográficas, gravadores, *datashows* e equipamentos de áudio se constituem ferramentas necessárias para essa realização e para consolidação de alguns dos grupos, sobretudo nos estudos de caso sobre cultura na Baixada Fluminense e identidade favelada. Em ambos os casos, muitos(as) jovens são produtores de informação e agentes ativos de comunicação, sendo fotógrafos, rappers, grafiteiros, cineastas, publicitários etc e utilizando-as tanto em sua vida profissional como para militância/ação social.

11. http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf

O acesso a tais equipamentos é viabilizado de diversas formas. Em alguns casos, há um certo investimento pessoal e/ou familiar, sobretudo no caso da compra de computadores e celulares e no acesso à Internet. Por outro, no caso de câmeras fotográficas e de filmagem profissionais e de projetores, por exemplo, esses equipamentos podem ser adquiridos ‘por meio de editais públicos, como os Pontos de Cultura¹², ainda que, em algumas experiências, ainda se use equipamentos particulares ou emprestados para essas produções. Há, ainda, os casos em que o acesso se dá via organização não governamental da qual o(a) jovem faz parte ou já participou, escola e/ou universidade. Ainda que um ou outro entrevistado relate ter feito algum curso para aprender a manusear esses recursos, a maior parte aprendeu e se mantém atualizado na prática, de maneira autodidata com contando com a ajuda de amigos e de informações disponíveis na Internet.

REDES SOCIAIS PARA MOBILIZAÇÃO

Conforme pode ser verificado nas experiências investigadas nos três estudos de caso, as redes sociais aparecem como principal ferramenta quando se trata de internet, especialmente o Facebook¹³, como uma base para a convergência de dados produzidos e disponibilizados inicialmente por meio de outros tipos de ferramentas, essas redes permitem um compartilhamento mais dinâmico de imagens, pequenos textos ou notícias de *sites*, *blogs*, jornais etc. Sendo assim, também é criada uma rede de circulação de informações que acaba por fortalecer uma rede de indivíduos de diversas localidades e envolvidos em diferentes pautas, em que boa parte dos entrevistados nos três estudos de caso desta pesquisa se encontram, por exemplo.

A Internet – através das redes sociais, *blogs*, *sites* – consegue ampliar o alcance de determinadas falas a partir da articulação entre redes de pessoas. O ato recentemente popularizado pelo Facebook de “compartilhar” virou uma maneira de dividir determinadas informações que passam pelas redes de cada perfil, mas que também podem se conectar com outras tantas redes de outros tantos perfis e chegar a lugares (e pessoas) inimagináveis até muito recentemente. Entrar neste circuito certamente exige o conhecimento prévio de ao menos uma das pessoas que participa de tal rede, além de interesse no que está sendo compartilhado pelas pessoas em questão. Ao mesmo tempo em que essa dinâmica de produção e compartilhamento de informações gera a possibilidade de acesso a textos e imagens que nem sempre chegam à grande mídia ou aos meios de comunicação comercial, há um perfil de público leitor de tais informações o que pode circunscrever esse acesso a um conjunto específico de pessoas que tem interesse por assuntos políticos e sociais, boa escolaridade e que transitam por diferentes instituições e grupos sociais.

12. Algumas experiências que integram a pesquisa são Pontos de Cultura como Estimativa e Enraizados.

13. O Facebook, ferramenta da Internet mais utilizada tanto pelos entrevistados como pelos grupos, com seu dinamismo, possibilidades de interação e confluência de informações de outras páginas, parece estar ocupando cada vez mais espaço, substituindo inclusive outras ferramentas, como *blogs*, *e-mails* e outras redes sociais, como o Orkut.

Poderíamos perguntar, portanto, se, em vez de ampliar determinadas redes, o tipo de dinâmica por meio da qual funcionam as redes sociais em questão, não acabaria por reforçar certos circuitos de relações previamente existentes, ajudando a disseminar, produzir e compartilhar informações entre os mesmos e as mesmas em vez de alargar fronteiras e criar novos espaços de interação. Porém, cabe lembrar que nas redes sociais *online*, por exemplo, são articuladas diferentes redes sociais *offline*. Então, para além daquelas relacionadas ao engajamento político e social, estão também aquelas familiares, profissionais, religiosas etc., que possibilitam ampliar a circulação destes conteúdos. Desse modo, o próprio número de acessos de alguns desses *blogs*, *sites* e mesmo de amigos/seguidores de determinadas pessoas/perfis apontam para uma forte possibilidade de ampliação dessas conexões. Por exemplo, um dos vários perfis da Estimativa no Facebook tem mais de 5.200 amigos e quase 1.600 assinaturas; o Voz da Comunidade tem mais de 66.000 seguidores no Twitter; e o Portal Enraizados tem cerca de 600.000 acessos mensais. Ou seja, estamos diante de um fenômeno de novo tipo que pode reforçar redes já existentes, mas também ampliá-las ou interconectá-las com outras redes de produção e recepção de informação inimagináveis fora da Internet e da dinâmica consolidada pela popularização do uso das redes sociais. Não se trata de um otimismo descabido (nem sempre a informação compartilhada é relevante ou positiva do ponto de vista de democracia ou da cidadania), mas esta possibilidade faz parte também deste novo cenário para uma geração que busca produzir informações, narrativas e, em certa medida, construir visibilidade para seus grupos, pautas e locais de moradia. Além disso, é importante considerar que estas experiências também têm um alcance *offline* ainda pouco conhecido. A Marcha das Vadias e o conteúdo produzido em perfis a ela associados nas redes sociais, por exemplo, tem ampla repercussão em diferentes meios de comunicação comunitários e comerciais; *blogs* e fotografias produzidos pelas experiências pesquisadas têm recebido premiações e participado de exposições no Brasil e no exterior, como por exemplo o Imagens do Povo e o Cotidiano.

As características da comunicação via redes sociais (mensagens não muito longas, com *hiperlinks*, preferencialmente acompanhadas de alguma imagem...) parece provocar, em alguma medida, uma tradução das questões políticas para essa “linguagem virtual”, o que para alguns militantes de outras gerações ou de modalidades mais tradicionais de participação e engajamento pode parecer uma simplificação. No entanto, essas mensagens mais objetivas podem ser uma forma despertar o interesse de pessoas que não necessariamente já estejam sensibilizadas por aquele tema e possam ter um primeiro contato, se identificar, curtir e/ou compartilhar. Além disso, muitas

vezes estas mensagens são acompanhadas de *links* com textos maiores que aprofundam mais a questão, além de haver sempre a possibilidade de recorrer a um site de busca e fazer uma pesquisa *online*.

As redes sociais também foram indicadas nas entrevistas e observadas por nós durante o trabalho de campo como plataforma preferencial para divulgação de eventos, atividades etc. e mobilização para os mesmos. Tal estratégia possibilita a comunicação entre pessoas que defendem as mesmas causas, ainda que não se conheçam pessoalmente ou que estejam distantes geograficamente, facilitando também a realização articulada de eventos com o mesmo caráter em várias cidades do país e até mesmo fora dele (caso da Marcha das Vadias, Marcha contra a Mídia Machista, mas também do #OcupaBorel e #OcupaAlemão, por exemplo), o que por sua vez favorece a maior visibilidade e a possibilidade de cobertura pela grande mídia, criando ainda a possibilidade de que qualquer pessoa com acesso a estas redes sociais virtuais dê início a uma manifestação, rapidamente alcançando pessoas além da sua própria rede e aproveitando redes de outras pessoas ou criadas em outras situações afins. Esse tipo de experiência, em nossa pesquisa, aparece como exceção e não de muito êxito (ver estudo de caso de gênero). Já que, pelas experiências pesquisadas, é possível supor que o fato de as pessoas estarem ali individualmente, por vezes sem conhecerem umas as outras, sem experiência prévia na organização de manifestações ou outros espaços de participação, pode potencializar problemas como falhas de comunicação e dificuldades não previstas. Diferente de eventos organizados por coletivos ou por pessoas com engajamento *offline* que parecem conferir maior credibilidade ao que é por eles(as) convocado, contando com adesão e presença mais ampla e tendo maior possibilidade de sucesso enquanto atividade pública.

USO DOS BLOGS

Segundo Maria Elisa Máximo (2007), os *blogs* surgem como um desdobramento de “*sites* pessoais”, passando a ser frequentemente entendido como uma reedição dos “diários íntimos” tradicionais, transformados em “diários virtuais”. A mesma autora apresenta a seguinte definição técnica de *blog*: “uma sucessão de entradas datadas, chamadas de ‘*posts*’, organizadas em ordem cronológica inversa (das mais recentes para as mais antigas) e munidas de espaço para inserção de comentários dos leitores” (p.27). Hoje em dia esta definição não abarcaria todos os *blogs* uma vez que se expandiram (e sofisticaram) as modalidades de apresentação de conteúdo, mas ela dá uma boa ideia da sua lógica. Os *blogs*, em geral, são meios de apresentar publicamente informações de cunho pessoal, ainda que, em seu formato, tenham sido apropriados e sejam bastante utilizados por empresas, iniciativas governamentais e não governamentais, projetos sociais, empresas etc.

Nas iniciativas pesquisadas, os *blogs* são utilizados de formas muito variadas, por exemplo, para promover e informar sobre eventos, campanhas ou novas produções, para realizar sessões *online* de cineclube etc, além do uso para relatar de experiências pessoais. De modo geral, poderíamos dividi-los em dois grupos: os *blogs* coletivos ou institucionais, muitas vezes utilizados pelas iniciativas menos institucionalizadas como um *site* dos grupos e pelas mais institucionalizadas como um espaço específico para um projeto ou pauta; e os *blogs* pessoais, em que os autores pretendem expressar livremente pensamentos, imagens, ideias, sem a interferência de outras pessoas ou institucionalidades e/ou apresentar opiniões, experiências ou realidades vividas por eles(as), que lhes parecem invisibilizadas ou diferentes daquelas que veiculadas por outros meios de comunicação. A frequência de atualização e o número de acessos variam muito nos dois grupos, alguns têm uma atividade constante, outros nem tanto, por exemplo, há aqueles que em períodos de realização de eventos o uso dos *blogs* costuma ser mais intenso.

No entanto, é possível entrever um declínio do uso dessa ferramenta no segundo grupo. Muitos dos entrevistados disseram já ter tido blog pessoal, mas no período das entrevistas vários deles afirmaram usar raramente ou nunca, algumas possíveis razões podem ser levantadas. A comunicação na Internet tem se dado de forma cada vez mais instantânea, dinâmica e interativa, especialmente por meio de imagens e pequenos textos, mais facilmente acessíveis por meio de dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. Neste contexto, as redes sociais, e especialmente o Facebook tem se apresentado como ferramenta mais eficaz, uma vez que oferece recursos como “curtir” ou “compartilhar”, já conta com uma rede de “amigos” conectados e permite a convergência de conteúdos de outros portais e redes sociais, além da possibilidade da formação de grupos temáticos e organização de eventos. O direcionamento para esta rede social torna-se ainda mais compreensível se lembrarmos que, como afirma Máximo (2007), o que se mostra no *blog* não é a “a vida como ela é”, mas um cotidiano inventado, dramatizado por meio de jogos performáticos para uma *apresentação do eu* (Goffman, 1995) e permanentemente negociado de forma a se tornar compartilhável dentro de um conjunto de interesses e afinidades específicas”. Cada vez mais, esta tem sido uma das dimensões presentes na utilização de redes sociais.

UMA IMAGEM FALA MAIS QUE MIL PALAVRAS

Em uma sociedade cada vez mais imagética, a fotografia e o vídeo têm um lugar central na produção de conteúdo tanto para *blogs* e *sites* como nas redes sociais, o que se tornou possível graças à popularização de tecnologias como celulares e máquinas digitais que contam com esse tipo de recursos e ao acesso bastante simplificado a plataformas/ferramentas que permitem disponibilizar imagens, como aquelas presentes em redes sociais e *blogs*, assim como a recursos que têm como finalidade maior a divulgação das mesmas, como Flickr, Youtube e Instagram¹⁴. Outros tipos de imagem também são construídos, são exemplos disso o fanzine e as montagens feitas a partir de propagandas machistas nos casos do Roque Pense e da Marcha da Mídia Machista, ambos investigados no estudo de caso sobre gênero. Praticamente todas as experiências fazem amplo uso desses recursos para divulgar suas pautas e promover seus eventos, antes, durante e depois de sua realização. Além disso, a circulação de imagens não está restrita ao espaço *online*, elas também estão presentes, e muitas vezes são produzidas, em sessões de cineclube, oficinas de cartazes e fanzines, exposições fotográficas etc.

Nas experiências de cultura na Baixada Fluminense, a ênfase é na produção de curta-metragens, especialmente sobre a realidade local, e videoclipes para promover as músicas produzidas no caso daqueles com envolvimento no hip-hop. Por exemplo, de acordo com seu *site*, o Cineclube Mate com Angu “firme na missão de provocar a cidade de Duque Caxias a se ver refletida (reflexo-e-reflexão) em todas as suas nuances, delírios e deleites”, promoveu o Festival “Caxias em 1 Minuto”, em comemoração aos seus 10 anos de existência, que, por concurso, selecionou e exibiu filmes em diferentes formatos sobre a cidade e/ou feitos por pessoas da cidade.

No estudo sobre gênero, são usados igualmente vídeos e fotos para denunciar as desigualdades de gênero persistentes e desconstruir padrões de comportamento machistas. A Marcha das Vadias do Distrito Federal, por exemplo, em 2012 fez a campanha “Feminista por quê?”¹⁵, que nas semanas que antecederam a manifestação, a cada dia disponibilizava no Facebook duas fotos com pessoas das mais diversas, com frases como: “Não ensine a mulher a não ser estuprada. Ensine o homem a não estuprar. Isso também é feminismo” e “Como mãe, não educo nem machões nem submissas. Isso também é feminismo”. Essas imagens foram compartilhadas pela página da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro e, assim como posteriormente inúmeras fotos da manifestação, circularam intensamente nas redes sociais no período do evento, chegando a inspirar outras iniciativas semelhantes¹⁶.

14. Dos 24 entrevistados, 12 apontaram pelo menos uma destas três ferramentas entre aquelas que eles mais utilizam para lutar por seus direitos na internet.

15. No total, foram quase 50 fotografias que inspiraram a realização de campanhas semelhantes em outros lugares, inclusive a “Sou Jovem e tenho direitos”, do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro. No período eleitoral de 2012, vários(as) jovens foram fotografados(as) com placas reivindicando algum direito, produzindo imagens que também circularam amplamente no Facebook. Segundo a avaliação do Fórum, essa foi uma das suas ações que mais mobilizou jovens.

16. O Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, do qual o Ibase faz parte, criou meses antes das eleições municipais de 2012 a campanha “Sou Jovem, Tenho Direitos”, buscando pautar os direitos dos(as) jovens nas eleições e dando informações sobre sua participação enquanto eleitor. A concepção das imagens geradas na campanha foi totalmente inspirada na iniciativa da Marcha das Vadias DF, descrita anteriormente.

No caso sobre jovens moradores de favela, a imagem fotográfica destaca-se como instrumento de registro, denúncia e/ou visibilização do cotidiano, tendo, até mesmo, em diversos casos, proeminência com relação à crítica escrita ou ao relato, ainda que em boa parte dos casos as duas dimensões estejam associadas, como, por exemplo, nos *blogs* de Francisco Valdean (O Cotidiano), Thamyra Thamara ((In)Visíveis) e de Maycom Brum ou nos *sites* dos Correspondentes da Paz, Viva Favela e Voz das Comunidades. Além das redes sociais, há também o uso bastante disseminado entre eles do YouTube e do Flickr para postagem e compartilhamento das imagens produzidas pelas experiências pesquisadas. Sem a imagem, mesmo os textos de denúncia parecem perder parte sua potência de mobilização ou indignação.

Neste contexto, destaca-se o caso de Matheus Rodrigues, criança de 8 anos assassinada em 2008 por policiais na porta de casa quando saía para comprar pão. O fato de o corpo de Matheus ter sido fotografado por um fotógrafo-morador do local (Complexo da Maré), e destas terem sido solicitadas até pela perícia, é elemento fundamental para a compreensão do fenômeno e para a possibilidade da construção de um discurso diferente daquele veiculado pelos meios de comunicação comerciais em episódios semelhantes, que lamentavelmente não são raros. Em trabalho de conclusão do Curso de Comunicação Social (PUC-Rio), Gizele Martins (2011), que é jornalista e uma das responsáveis por um jornal comunitário local, compara as matérias do jornal comunitário, que buscam o contexto do ocorrido, situando-o a partir da visão dos(as) moradores(as) e do conhecimento dos atores envolvidos e do cotidiano da comunidade, com a abordagem feita por grandes jornais comerciais e populares que, de acordo com ela, fortalecem estereótipos com relação à favela e a seus moradores, reforçando a sensação de uma “guerra” em curso que justificaria o tipo de ação policial vigente nas políticas de segurança concebidas para a cidade e suas áreas populares.

Outro aspecto evidenciado nos exemplos citados, sobretudo no último, e presente nos três estudos de caso, é o uso da imagem e da Internet como importantes ferramentas na luta contra a reprodução de certos estereótipos e que têm possibilitado aos diferentes sujeitos apresentar sua percepção a respeito de si próprios e do espaço onde vivem. Como citado anteriormente, busca-se desconstruir a imagem de violência e precariedade associada às favelas e à Baixada Fluminense, assim como se pretende romper com os padrões de beleza e comportamento estabelecidos para as mulheres, em ambos os casos, imagens reforçadas cotidianamente pela grande mídia. Nesses casos, as Novas Tecnologias aparecem como aliado potente na construção de imagens e discursos contra-hegemônicos, ainda que a relação estabelecida com a grande mídia não seja em todos os casos de tensão ou de crítica explícita, como será visto mais adiante.



As NTICs nos casos estudados têm se mostrado um instrumento eficiente para produção de representações sobre pobreza, cidade e cultura. A Internet, em sua modalidade 2.0, torna possível não apenas a produção de imagens, discursos, representações, mas também sua veiculação que extrapola redes sociais previamente estabelecidas e acaba por reestruturar o espaço público a partir de vozes que partem de diversos lugares e que, se por um lado, consolidam uma arena possível de fala para os(as) que vivem nas favelas e nos bairros populares e reivindicam direitos, também torna ainda mais visível as multiplicidades de sujeitos e lugares de fala, revelando também ambiguidades e contradições.

ECOS DA PESQUISA

Nesta seção, buscaremos apontar algumas questões que ao longo da pesquisa nos trouxeram novas indagações e reflexões. Certamente cada uma delas mereceria uma pesquisa em si (e é possível que muitas outras tenham surgido e possam ser objeto de reflexões de outros pesquisadores ou de futuros desdobramentos na mesma pesquisa), aqui buscamos tão somente compartilhá-las colocando, mais uma vez, em diálogo literatura e dados empíricos. São assuntos diferentes que levam a diferentes caminhos de problematização. Em comum, diferentes relações com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e com as formas em que foram apropriadas pelos sujeitos aqui pesquisados. Tais análises não se pretendem conclusivas, apenas buscam recuperar e aprofundar brevemente dimensões que nos pareceram essenciais.

RELAÇÕES DE GÊNERO E NOVAS TECNOLOGIAS: VISIBILIDADES POSSÍVEIS E INTERDIÇÕES VISÍVEIS

Nesta pesquisa, as questões de gênero e as jovens mulheres sobressaem apenas no estudo específico sobre o tema. Nos outros dois casos, os homens são bem mais visíveis. No estudo sobre favela, entre os 11 entrevistados, três eram mulheres, entretanto, nenhuma das experiências pautava especificamente as questões de gênero, ainda que eventualmente haja publicações sobre o tema. No estudo de caso sobre cultura não há nenhuma entrevistada e em apenas uma das experiências investigadas, o Cineclube Buraco do Getúlio, há um casal à frente, ainda que haja a participação de mulheres em maior ou menor proporção em todas elas. No Enraizados, há o núcleo de mulheres Donas da Arte, que foi incluído no estudo sobre gênero, caso isso não tivesse ocorrido, possivelmente o núcleo estaria invisibilizado também, uma vez que, por exemplo, não foi encontrado praticamente nada sobre ele no portal do Enraizados no período da pesquisa. Tomou-se conhecimento sobre ele pelo perfil de jovens participantes em redes sociais, jovens estas que faziam parte da rede das pesquisadoras. No contexto da Baixada Fluminense, haveria ainda experiência do Coletivo Let's Pense, mas este também foi incluído no estudo de caso específico sobre gênero.

Desigualdades de gênero também são identificadas no que diz respeito ao acesso e uso de equipamentos para além dos necessários para uma simples conexão à Internet. No caso daqueles que participam de coletivos ou instituição, quando os equipamentos para produção de vídeos ou programas de rádio web não são propriedades do grupo, por exemplo, frequentemente pertencem e são operados por homens. Exemplo disso é o Coletivo Let's Pense, cuja entrevistada relata que mesmo na contratação de profissionais como operador de som é difícil encontrar uma mulher. Ainda assim, foi possível nos casos de identidade favelada e gênero, encontrar mulheres (três) responsáveis pela operação de câmeras de vídeo e fotografia.

Outra questão interessante é que, entre os sujeitos pesquisados, sobretudo no estudo de caso de gênero, as jovens mulheres talvez sejam as que vêm sofrendo censuras e restrições com mais frequência, especialmente pelo Facebook, visto que é cada vez mais comum entre elas uso de seus corpos para comunicar suas reivindicações e que parte dos direitos exigidos tem origem no direito ao próprio corpo, que de diferentes formas tem feito parte das pautas feministas ao longo da história. Nas manifestações públicas, jovens mulheres têm escrito suas questões nas partes descobertas do corpo, assim como exibido peito (como é permitido aos homens) como forma de protesto, o que é intensamente fotografado, filmado e divulgado por manifestantes e jornalistas. No entanto, quando essas imagens começam circular, frequentemente são consideradas impróprias e censuradas pelas redes sociais. Ainda que muitas vezes sejam utilizadas nos grandes jornais para evidenciar como são “exóticos” ou “inapropriadas” tais manifestações ou mesmo exaltar a beleza (ou revelar a feiura) de determinados corpos, reincorporando o corpo política à lógica do consumo, despindo-o de seu contexto e de sua potência como meio de reivindicação e afirmação.

Dentre as experiências pesquisadas, a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro tem sido a mais afetada por esse tipo de restrição. Em 2011, o evento local foi excluído do Facebook uma semana antes da data da manifestação, de acordo com o informado pela rede social, por causa do nome do evento e da quantidade de *spam*. A página excluída já contava com mais de 8 mil pessoas, fazendo com que muitos(as) pensassem que a Marcha havia sido cancelada. Logo que o problema foi identificado, uma nova página foi criada para o evento. Posteriormente, nesse mesmo ano e em 2012 houve outros relatos e denúncias na mesma rede social de *postagens* que foram excluídas por causa de imagens de mulheres com seios expostos ou de algumas palavras usadas, que foram consideradas impróprias pelo Facebook¹⁷.

Outros dois exemplos interessantes foram encontrados em notícias internacionais que circularam no Brasil no fim de fevereiro de 2013. Em um artigo originalmente publicado no The Guardian, que aqui teve o título “O Facebook tem algum problema com as mulheres?”¹⁸, questiona-se o fato desta rede social afirmar que não permite discursos odiosos ou que incitem a violência, mas não remover publicações que incentivam o estupro e a violência doméstica. Como exemplo, a autora cita uma imagem que mostrava uma mulher amarrada e amordaçada em um sofá, com uma legenda que dizia: “Não é estupro. Se ela realmente não quisesse, teria dito alguma coisa”, neste caso, o Twitter foi usado para manifestações contra a recusa do Facebook em remover a imagem. Postura oposta a mesma rede social teve no Canadá, onde bloqueou a foto de uma mulher que fez uma grande tatuagem no lugar dos seios após fazer uma mastectomia dupla por causa de um câncer de mama¹⁹.

17. O item 7 da seção “Segurança” da Declaração de Direitos e Responsabilidades do Facebook informa que: “Você não publicará conteúdo que: contenha discurso de ódio, seja ameaçador ou pornográfico; incite violência; ou contenha nudez ou violência gráfica ou desnecessária.” A questão é quem e como se define o que é pornográfico ou não, por exemplo.

18. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1238556-o-facebook-tem-algum-problema-com-as-mulheres.shtml>

19. Essa história foi veiculada pela grande mídia e originou uma campanha pela liberação de fotos como essa. Disponível em <http://oglobo.globo.com/megazine/banida-do-facebook-imagem-de-mulher-tatuada-se-torna-viral-7628283>

Esses exemplos evidenciam que, apesar das tecnologias serem novas, ainda são administradas sob uma lógica que mantém discursos e práticas que pretendem continuar controlando e reprimindo o corpo feminino, reduzindo-o aos interesses do mercado ou do prazer masculino machista, de acordo com o rígido padrão de beleza incentivado por estes. Esta questão permite-nos questionar o tal potencial de liberdade existente na rede e esta questão será retomada mais adiante.

POSSIBILIDADES E IMPASSES DE UMA GERAÇÃO POSSÍVEL

Tomar a juventude a partir do ciclo biológico, assim como circunscrever o(a) jovem a um coorte etário parece pouco em termos de análise nesta pesquisa. Aqui, o sujeito “jovem” foi tomado como ponto de partida e fez parte da constituição do objeto e do problema de pesquisa. No entanto, durante a realização do trabalho de campo nos três estudos de caso já havia indicações de que as questões enunciadas pelos(as) jovens não eram questões compreendidas por eles(as) como questões específicas de jovens. A pertinência da análise a partir das categorias “jovem” ou “juventude” deve ser testada a partir do que nos apresenta a realidade estudada. Em nosso caso, poucos exemplos nos permitiriam insistir na questão da juventude como identidade política reivindicada pelos(as) jovens analisados (são eles, o Núcleo de Jovens da Casa da Mulher Trabalhadora – Camtra no caso sobre gênero e o evento #OcupaBorel/ #OcupaAlemão, no caso das favelas, em que a convocação foi feita a partir de jovens que se colocaram desta *forma*). Ainda que a identidade juvenil não seja algo *a priori*, pronta a se manifestar e ao pensá-la devêssemos ter em conta os possíveis processos e contextos que envolvem sua construção (Novaes, Ribeiro, 2010), no tempo em que foi desenvolvido o estudo em questão houve, como foi dito, poucos foram os exemplos em que esta identidade relacional foi acionada de forma visível nas circunstâncias mapeadas pela pesquisa.

Ao apresentar análise acerca de processos culturais envolvendo jovens, Feixa e Nilan (2009) iniciam com a seguinte reflexão sobre a relação entre coorte etário e juventude:

Por juventude nos referimos a uma ampla escala cronológica – jovens de ambos os sexos na faixa de 12-35. Essa faixa etária indica o quanto a categoria de idade “juventude” tem se ampliado, incluindo aqueles que são legalmente reconhecidos em algumas sociedades como crianças, e outros que são legalmente reconhecidos em outras sociedades como adultos. Estamos menos preocupados com estatutos oficiais que com práticas sociais e culturais nas trajetórias dos jovens. Nosso interesse recai na construção social da identidade, nos jovens como atores sociais criativos, no consumo cultural e nos movimentos sociais – isto é: no caráter distintivo das culturas juvenis locais num mundo globalizado. (p. 13)

Nosso caso assemelha-se ao descrito anteriormente. Ao buscar os usos das novas tecnologias por jovens moradores de áreas populares do Rio de Janeiro nos deparamos com pessoas de uma ampla faixa etária que, a nosso ver, por suas práticas culturais, sociais e políticas poderiam ser percebidas como jovens, ainda que nem sempre reivindicuem uma identidade juvenil ou se enquadrem no que é definido juridicamente como juventude no Brasil ou por organismos internacionais. Ainda assim, é importante pontuar que a legalidade de que falam Feixa e Nilan também contribui para conformar o contexto que possibilita (ou não) que pessoas com certas características (etária inclusive) sejam percebidas por Estado, sociedade, programas sociais, iniciativas não governamentais, mídia etc como jovens ou não, o que constrange o acesso a recursos de diversas ordens para uns(umas) e não para outros(as).

No caso dos(as) “jovens” moradores de favelas do Rio de Janeiro, ainda que alguns dos entrevistados participem, por exemplo, de atividades do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro e se considerem jovens, nenhum deles orienta sua participação a partir desta identidade, ao menos nos exemplos mapeados durante o estudo, com exceção do #OcupaBorel e #OcupaAlemão, em que a identidade juvenil passa a ser reivindicada, e afirmada, em detrimento de outras. No caso da cultura da Baixada, o mesmo ocorreu, ainda que parte das atividades articuladas pelo Enraizados ou pelos cineclubes Mate com Angu e Buraco do Getúlio reúna, sobretudo jovens (havendo no caso do Enraizados esse direcionamento em alguns casos com projetos voltados para este público) não se trata de identidade mobilizadora dos grupos. O mesmo ocorrendo no estudo de caso de gênero, com a exceção da Camtra já indicada anteriormente. Centramos, portanto, nossa análise em outros debates que envolvem as pesquisas de juventude: os de condição juvenil e geração. A antropóloga Regina Reyes Novaes (2006) conceitua condição juvenil “como etapa da vida que se situa entre proteção socialmente exigida para a infância e a emancipação esperada na vida adulta – tem suas especificidades. Isso porque a experiência geracional é inédita, já que a juventude é vivenciada em diferentes contextos históricos, e a história não se repete. Desta forma, para pensar a condição juvenil contemporânea, devemos considerar a rapidez e as características das mudanças no mundo de hoje”. (p. 119) Ainda que compreendamos essa ideia, como seria possível saber quem participa desta “experiência geracional inédita”, ou seja, quem experimenta a condição juvenil em um mesmo tempo histórico ou faz parte de uma mesma geração? O debate sociológico acerca do conceito de geração não delimita precisamente um intervalo de tempo no qual seja gerada uma geração. No entanto, este conceito pode ser útil para pensar relações entre histórias individuais e história social. Ao analisar o conceito de geração do sociólogo francês Philip Abrahams, Feixa e Leccardi (2010) concluem que, na perspectiva do autor, “gerações

é o lugar em que dois tempos diferentes – o do curso de vida, e o da experiência histórica – são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando desse modo uma geração social”. (p. 191) No mesmo artigo, Feixa e Leccardi recuperam também o debate sobre geração em Mannheim para quem:

o que forma uma geração não é uma data de nascimento comum – a ‘demarcação geracional’ é algo ‘apenas potencial’ (Mannheim, 1952) – mas é parte do processo histórico que jovens da mesma idade-classe compartilham (a geração atual).

Há dois componentes centrais nesta partilha (do qual surge o ‘laço geracional’): por um lado, a presença de eventos que quebram a continuidade histórica e demarcam o “antes” e o “depois” na vida coletiva; de outro, o fato de estas descontinuidades são experienciadas pelos membros de um grupo etário em uma conexão constitutiva particular, quando o processo de socialização não foi concluído, pelo menos no seu período crucial, e os esquemas utilizados para interpretar a realidade não são ainda totalmente rígidos ou – como coloca Mannheim – quando essas experiências históricas são “primeiras impressões” ou ‘experiências juvenis”. (p. 189/ 190)

Sendo assim, pareceu fazer mais sentido abrir a possibilidade de incorporar (como foi feito) jovens adultos ao trabalho de campo quando estes também orientam sua participação e atuação a partir dos usos das novas tecnologias para vocalizar sua militância ou trabalho social relacionado às favelas, às questões de gênero e à cultura. Os entrevistados eram pessoas entre 18 e 35 anos que lidam com a percepção sobre juventude e a autopercepção de serem ou não jovens de maneiras distintas. Na pesquisa, foram assim considerados por, a partir de nossa percepção, pertencerem a uma geração comum de jovens moradores de espaços populares (sobretudo) em que as Novas Tecnologias podem ser compreendidas como um dos elementos geracionais por eles(as) compartilhados.

Toma-se, portanto, o fator geracional como proeminente em relação ao fator etário. Todos os entrevistados compartilham determinada vivência de seu território (nos casos dos moradores de favelas ou de municípios da Baixada Fluminense) ou de sua condição de gênero (no caso das mulheres) circunscrita por uma série de características históricas e sociais. Podemos enumerar algumas delas aqui: a consolidação de uma agenda em que o(a) jovem pobre (vulnerável, de risco) como uma questão social a ser enfrentada por Estado e sociedade; a ampliação da oferta de ações/iniciativas (conhecidas como projetos sociais) do poder público, organizações não governamentais e iniciativa privada voltados para jovens desde a década de 1990 em certas áreas populares; a deslegitimação de certos espaços

20. De acordo com André Lemos (2010), "A nova esfera conversacional se caracteriza por instrumentos de comunicação que desempenham funções pós-massivas (liberação do pólo da emissão, conexão mundial, distribuição livre e produção de conteúdo sem ter que pedir concessão ao Estado), de ordem mais comunicacional do que informacional (mais próxima do 'mundo da vida' do que do 'sistema'), alicerçada na troca livre de informação, na produção e distribuição de conteúdos diversos, instituindo uma conversação que, mesmo sendo planetária, reforça dimensões locais. As tecnologias da comunicação e da interação digitais, e as redes que lhe dão vida e suporte, provocam e potencializam a conversação e reconduzem a comunicação para uma dinâmica na qual indivíduos e instituições podem agir de forma descentralizada, colaborativa e participativa." (<http://andrelemos.info/2010/01/o-poder-da-conversacao/>)

de participação e representação como associações de moradores e de bairro, mas também partidos políticos e sindicatos como representantes legítimos de setores distintos da sociedade; o surgimento de um grande número de organizações sociais locais que passam a disputar o papel de representação (falar em nome de) diferentes grupos sociais (favelados, moradores da periferia, mulheres, jovens, negros, LGBTs etc.); a existência de políticas públicas de estímulo a entrada de estudantes negros e pobres em universidades públicas; o movimento de pré-vestibulares comunitários em favelas e periferias (ao menos no Rio de Janeiro); o investimento público precário através diversas políticas públicas orientadas pelo território (seja de urbanização, de segurança pública ou de assistência social) experimentadas e, muitas vezes, abandonadas; a continuidade de políticas clientelistas nas áreas populares da cidade; uma forte produção cultural e estética a partir dos espaços populares e de seus jovens moradores; a ampliação e reconhecimento público do movimento/ cultura Hip Hop etc.

Estas características certamente poderiam compor uma lista quase infindável e cada uma delas mereceria uma análise cuidadosa. O que podemos deixar aqui é que este cenário que pode ser descrito como comum a diversas localidades do Rio de Janeiro (e talvez a outros centros urbanos do Brasil) e mais uma série de componentes de um contexto global (entre eles a popularização das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação nas últimas décadas, mas também o "medo de morrer" pela violência urbana ou conflitos no campo, o "medo de sobrar" no mercado de trabalho assim como a consolidação de traços culturais comuns entre diferentes periferias do Brasil e do mundo (como a cultura Hip Hop) são aspectos de um contexto sócio-cultural mais amplo circunscrito historicamente que contribui para criar possibilidades e constrangimentos para as ações individuais e coletivas das pessoas aqui tomadas pela pesquisa (todos(as) moradores de áreas populares e produtores de ações e narrativas performadas também através da Internet e se utilizando de outras ferramentas tornadas disponíveis recentemente - celulares, câmeras de fotografia e de filmagem digitais etc) e dão sentido a se pensar a atuação dessas pessoas e de sua militância a partir de marcos geracionais comuns.

MÍDIAS MASSIVAS E PÓS-MASSIVAS: PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS

O contexto de produção na Internet, via *blogs*, *sites*, redes sociais e outros deve ser compreendido a partir de múltiplas relações. Se, por um lado, como indicam alguns autores (Lemos, 2004; Name, 2012) pode se dizer que vivemos em um momento onde as mídias pós-massivas³⁰ têm papel significativo, por outro, os meios de comunicação de massa,

que produzem conteúdo a ser consumido continuam a ter um papel central na conformação de valores e de debates públicos, ao menos no Brasil. Ou seja, o debate sobre as possibilidades abertas pela Internet 2.0, pela possibilidade de produção de conteúdo, por exemplo, não deve mascarar o papel, ainda central, dos grandes meios de comunicação de massa, que continuam sendo propriedade de poucas famílias. Aqui, no entanto, e a partir dos resultados dos três estudos de caso que originam este relatório, estamos buscando escapar das dicotomias. Neste sentido, é preciso dizer que os meios de comunicação de massa comerciais também vêm se articulando de distintas formas à Internet em um complexo jogo de interesses e retro-alimentação de conteúdos e modos de comunicar.

Nos relatórios dos estudos de caso, o conteúdo criado pelos coletivos, grupos e pessoas pesquisados pode ser entendido como compondo este novo campo de informação, que, por vezes, se contrapõe ao conteúdo produzido pela mídia comercial, mas em outras, se relaciona profundamente com ele, seja criticando, seja aderindo e confirmando, mas tendo-o como forte referência. A Marcha contra a Mídia Machista, por exemplo, encontra seu mote de ação na contraposição ao conteúdo sexista divulgado pela grande mídia, especialmente em comerciais amplamente difundidos que se valem de estereótipos relacionados ao corpo e ao papel da mulher para vender seus produtos. No caso dos(as) blogueiros moradores(as) de favelas há uma forte preocupação em se contrapor à visão dos grandes meios de comunicação questionando estereótipos com relação às favelas e aos jovens pobres e negros, por exemplo, mas também há ampla divulgação – sobretudo por seus perfis em redes sociais – de certas notícias ligadas a esses meios que, em suas visões, estão mais de acordo com o que entendem como sendo a realidade (ou, ao contrário, que são destacados e tomados para a crítica).

É preciso considerar que, ainda que no caso dos meios de comunicação de massa haja fortes interesses comerciais que orientam a produção de seu conteúdo, também há disputas entre eles (por mercado, inclusive) e em seu interior que acabam por viabilizar uma heterogeneidade de notícias e imagens. O que está em jogo em alguns dos exemplos presentes nos casos estudados, no entanto, é o potencial de autonomia sobre a produção de conteúdos e, aí, a Internet aparece como pretensão universo “livre”, onde tudo se pode dizer (este tema será retomado mais adiante). E, ainda que de fato não seja assim (não se pode esquecer que redes sociais, administradores etc. também são empresas com interesses comerciais), também não se deve omitir que um de seus produtos principais vendidos é esta liberdade potencial que permite uma produção muito mais heterogênea, contribuindo para legitimar outros pontos de vista, como pode ser visto nos *sites*, *blogs* e portais com significativo acesso (como Enraizados, Viva Favela, O Cotidiano, Voz das Comunidades, mas também os perfis de Estimativa e da Marcha das Vadias, por exemplo).

Algo interessante para se pensar é que o processo viabilizado pela Internet é, antes de tudo, um processo de comunicação que, atualmente, possibilita a produção de informação por aqueles que historicamente não possuem seus meios de produção. Essa já seria uma revolução na possibilidade de enunciar publicamente uma autorrepresentação (Gama, 2008; Rocha, 2011) sobre seu lugar de moradia. De acordo com Enne (2008), nesta geração de jovens é possível perceber diversas formas de resistência que usam “menos o combate direto e mais outros recursos discursivos (...), e as novas tecnologias de comunicação e informação, em especial a internet e o celular (ENNE, 2008), dentre outras estratégias e táticas. Por vezes, são necessárias negociações em vez de enfrentamento direto (...) para a obtenção do direito à expressão, à visibilidade, a uma existência dentro de campos de possibilidades em alguns níveis muitos fechados”. (p. 32)

No entanto, expor ideias no espaço público – ampliado a partir dessas tecnologias – também faz que as possibilidades de apropriação dessas falas, imagens etc. sejam recriadas. Para ficar em alguns exemplos podemos pensar na figura de um jovem de menos de 18 anos que narrou por seu Twitter uma ocupação policial no morro do Alemão e serve hoje como inspiração para personagem em novela de horário nobre na principal emissora do país que tem como um dos cenários um Alemão pacificado. O caso do processo de ocupação policial/pacificação do Alemão, analisado no estudo de caso sobre identidade favelada, é um exemplo de que, apesar da maior visibilidade do exemplo anterior (que gerou diversas outras consequências), outros atores locais e de outras favelas e meios de comunicação alternativos (*sites* de notícias e rádios comunitárias, por exemplo) geraram ainda outras narrativas sobre o ocorrido.

Outra apropriação hoje em curso é da figura do correspondente local ou comunitário, originalmente presentes em experiências de organizações não governamentais, como o portal Viva Favela, ligado ao Viva Rio, que foi incorporado ao telejornal local da mesma emissora. Nele, moradores(as) de diversas favelas são capacitados para serem criadores de matérias a partir de seu ponto de vista com equipamentos cedidos pela emissora. Eles são contratados por certo período e participam de reuniões de pauta. Ou seja, a lógica de produção local de informações que é possibilitada pelas NTICs também passa a funcionar como parte de discursos mais ou menos oficiais, que continuam a ser produzidos (ou ao menos reproduzidos) pelos grandes meios de comunicação. Seria interessante analisar quais são as pessoas que conseguem entrar nesses grandes meios, que tipo de discurso produzem e como passam a ser percebidas nas favelas em que vivem, por exemplo.

Em termos de conteúdo, os(as) entrevistados(as) nos casos da cultura na Baixada Fluminense e de identidade favelada costumam produzir

um discurso positivo sobre seu lugar de moradia e as pessoas que lá vivem. Mesmo que reconheçam a violência como um problema do lugar, bem como uma série de precariedades no que diz respeito à garantia de direitos básicos. A dimensão da denúncia, em geral, tem crítica certa endereçada ao Estado. Os casos mais contundentes que revelam obras iniciadas e não acabadas, as contradições do processo de pacificação (que continua vitimizando moradores das favelas ocupadas), e casos de remoção anunciada, por exemplo, estão entre os mais recorrentes no universo pesquisado no caso relacionado às favelas. No caso da cultura na Baixada Fluminense, o esforço das iniciativas estudadas para construir um imaginário positivo do lugar revela a intenção de se contraporem ao que geralmente é veiculado na grande mídia sobre este território, de modo geral, matérias e falas que reforçam estigmas existentes há muitos anos e que se mantêm ainda hoje, estigmas que ressaltam e denunciam a precariedade do local, valorizando pouco as ações e as intervenções que estes e muitos outros grupos culturais e sociais têm na Baixada Fluminense. A partir desses exemplos, seria possível falar da produção de um contradiscurso da pobreza?²¹

O discurso e as ações produzidas por essas pessoas encontram-se posicionadas nesse contexto em que incidem também um conjunto de ações governamentais e não governamentais voltadas para jovens (projetos sociais, cursos de formação etc.) que, pelo menos desde a década de 1990, contribuem para produzir outras trajetórias de militância e ação social, mas também outras percepções sobre a cidade e o lugar das favelas e das periferias na cidade. Há, por exemplo, um forte discurso sobre as possibilidades e potencialidades das favelas e periferias, em contraponto a um discurso (que seria o oficial, dos grandes meios de comunicação) que centraria seu olhar sobre as carências e ausências. Em um extremo, estão aqueles que falam em termos de direitos e, no outro, alguns que de certa forma reproduzem o discurso da grande mídia sobre a Baixada Fluminense e as favelas. Em todos eles, há contradições.

No entanto, e talvez isso seja o mais interessante, apesar de falarem a partir do lugar de morador(a), daqueles(as) que vivem no lugar, falam também de muitos outros lugares porque possuem trajetórias distintas em termos sócioeconômico, de militância ou trabalho social local e de formação social e política. Ao falar de si mesmos, de seu cotidiano, das favelas e bairros periféricos em que vivem, mesmo que circunscrevêssemos a análise a apenas um território, poderíamos perceber uma pluralidade de lugares de fala. Sendo assim, a ideia de autorrepresentação precisaria ser também matizada e pluralizada, pois, se existem representações geradas pela grande mídia (que também não é monolítica ainda que usualmente reproduza uma série de estereótipos com relação à favela, à Baixada Fluminense, à pobreza, aos negros, às

21. No caso da identidade favelada, a pobreza na visão dos pobres criada em um momento emblemático em que as favelas estão na cena pública por meio de políticas específicas (não apenas repressivas, mas nem por isso menos controladoras) e em que a grande mídia busca representar uma “nova classe C”, ou seja, um público consumidor de novo tipo que, no caso do Rio de Janeiro, está também nas favelas.

mulheres e ao jovem pobre em especial²²), o contraponto da produção local de informações e imagens acerca das favelas e da Baixada Fluminense também revela muitos olhares. A disputa entre os meios comerciais de comunicação e os meios comunitários, por exemplo, precisa ser compreendida também à luz de disputas internas sobre o que é ser pobre e qual é o lugar das favelas e espaços populares na cidade, no estado e no país.

O contexto de mídia pós-massiva também permite pensar a relação de meios como *fanzines*, *flyers*, panfletos – que de outras maneiras já traziam as características de tal contexto (NAME, 2012) – com sua forma agora mais concentrada na Internet, onde tais meios aparecem de forma articulada (nos três casos, jovens contaram se utilizar desses veículos impressos em articulação com Internet e celular como meios de divulgação e mobilização, pro exemplo), ou reinventada como no caso do Roque Pense, analisado no caso de gênero, em que o *fanzine* é metodologia de trabalho para debater educação exista com jovens, mas também meio de comunicação que aparece também sob a forma virtual. No estudo de caso relativo à identidade favelada, a produção da comunicação comunitária encontra-se com a Internet em alguns *blogs*, redes sociais e *sites*. Alguns entrevistados neste caso reivindicam o debate político sobre o monopólio dos grandes meios de comunicação sobre a produção legítima de informação e o direito à comunicação como possibilidade de democratização da produção e do acesso à informação. Neste sentido, a relação entre mídia comunitária e Internet pode potencializar seu alcance, mas também mascarar conflitos e a própria pertinência do debate sobre meios de comunicação comunitários em tempos de Internet e mídias pós-massivas. Se por vezes busca-se a Internet e suas ferramentas como forma de continuar a produzir um conteúdo de determinado tipo em contextos em que não dispõe das condições objetivas para fazê-lo de outro modo (já que para se fazer rádio comunitária é necessário os equipamentos e a concessão e para se fazer o jornal impresso é necessário os meios para impressão, por exemplo), é preciso considerar que o público que tem acesso à transmissão de rádio via Internet ou a um jornal *online* é distinto (ou ao menos não inteiramente coincidente) daquele que ouve a rádio-poste ou FM ou recebe a publicação impressa. Além disso, em alguns casos, a Internet pode mascarar conflitos (inclusive ideológicos) existentes sobre os meios de comunicação comunitários no país, que lutam historicamente por espaço e formas de existência em meio a legislações restritivas que constantemente transformam comunicadores populares em criminosos²³.

As possibilidades oferecidas pela Internet parecem muito democráticas, uma vez que é possível fazer muito gratuitamente e sem limite de conteúdo, e que no Brasil não há uma censura estatal, como acontece

22. Ao analisar o movimento de jovens secundaristas no Chile em 2006 e sua relação com os meios de comunicação, AguileraRuiz (2008) chama a atenção para o fato de que sempre são outros que falam pela juventude por meio destes meios. Talvez seja possível afirmar que, em relação aos jovens pobres, esta seja a tendência predominante também no Brasil. Neste sentido, a Internet passa a ser não apenas o espaço da criação de certas autorrepresentações, mas também um meio em que os(as) jovens moradores de áreas populares podem falar por si mesmos(as).

23. Quando a Rádio Comunitária Santa Marta foi fechada em 2011, o Repper Fiell e Antonio Carlos Peixe, músicos e ativistas que estava no momento no local, foram levados pela Polícia Federal, além de terem tido o transmissor apreendido.

em outros países. No entanto, de acordo com Vizer (2007), “apesar das aparências, o verdadeiro ‘poder’ dos meios [de comunicação] não se encontra nos seus dispositivos de produção midiática, mas no deter o monopólio dos processos de *circulação*”. Portanto, é preciso lembrar sempre que as plataformas para criação de *blogs* e redes sociais mais populares são propriedade de pessoas e empresas que buscam obter lucros e criar limitações e constrangimentos para seus usos, ainda que haja uma pretensa sensação de liberdade já que poucos se lembram dos “termos de uso”, ou seja, contratos assinados virtualmente para que se tenha acesso a tais ferramentas. Como nos lembra Ronaldo Lemos²⁴, por meio desses “termos de uso” essas empresas criam direitos e deveres, decidem o que pode circular ou não, o que impacta temas como privacidade ou liberdade de expressão, gerando efeitos imediatos na vida dos seus usuários²⁵.

INDIVÍDUO E COLETIVO: JUNTOS E MISTURADOS?

De acordo com Castells (2007), a sociabilidade em rede conduz tanto a uma rede centrada no indivíduo, especificamente dele, como à formação de grupos de iguais, quando a rede se converte no contexto de comportamento de seus participantes. A consolidação de grupos de iguais em função de valores e códigos compartilhados por seus membros leva ao *surgimento da identidade coletiva*. Ainda de acordo com o autor, em paralelo à afirmação de uma identidade coletiva, existe o *fortalecimento da identidade individual* como atributo distintivo da cultura juvenil coletiva. O que seria distintivo da cultura juvenil contemporânea é a afirmação de cada indivíduo como parte desta cultura, é uma comunidade de indivíduos.

Nesse contexto é interessante notar que uma característica de várias das experiências pesquisadas, é a opção por um movimento de indivíduos, onde na maioria das vezes seus integrantes têm uma ou várias filiações institucionais, que nem sempre são acionadas publicamente, mas que em alguma medida oferecem suporte para a organização dessas experiências, o que vai desde as redes de contatos estabelecidas em outros coletivos, até alguma estrutura em termos de espaço para realização de reuniões e/ou oficinas. São exemplos disso os #Ocupa²⁶ ou as marchas contra as violências de gênero, nas quais é possível supor que um dos motivos para uma adesão *online* e presença *offline* na Marcha das Vadias com relação àquela na Marcha contra a Mídia Machista deva-se ao fato que à frente da primeira havia um pequeno grupo de mulheres que já tinham trajetória de militância feminista, enquanto na segunda a pessoa que iniciou a mobilização não tinha inserção (e legitimidade) nas redes que discutem o tema.

24. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/1225230-empresas-de-internet-tem-leis-para-todos-inclusive-voce.shtml>

25. Outra dimensão a ser considerada são os efeitos econômicos, por exemplo, o Facebook vem restringindo a circulação dos posts e passou a cobrar pela ampliação do seu alcance (<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/1243917-entenda-melhor-o-misterioso-caso-dos-posts-do-facebook.shtml>).

26. Ainda que não haja contradição, ficou evidente, sobretudo na análise de #OcupaBorel e #OcupaAlemão, que as filiações organizacionais também podem ser negociadas em nome de outros lugares de fala – que colocam o indivíduo em evidência em prol de outros “coletivos” (neste caso, a juventude/os jovens de determinada favela).

O uso das Novas Tecnologias, e especialmente das redes sociais tem relevância na relação entre a produção de discursos individuais, coletivos e institucionais. O título de “liderança”, tão caro a certa geração de militantes de movimentos sociais e a representantes do poder público, é rechaçado por entrevistados(as) que não se reconhecem nele, questionando a hierarquia das falas em alguns momentos (no estudo de caso de identidade favelada isto fica evidente no vídeo sobre a remoção do Pico/Santa Marta em que todos que falam são identificados apenas como moradores (apesar de muitos serem ligados a organizações locais), e no #Ocupa, em que os envolvidos preferem ser identificados apenas como jovens de determinada localidade, ainda que também façam parte de grupos e instituições (ver nota 20). Ao ficar claro que não separam militância/ trabalho social e sua vida pessoal, essa geração de pessoas evidencia que não há obrigatoriamente contradição entre indivíduo e coletivo, mas um *continuum* em que são produzidas narrativas possíveis sobre diferentes temáticas e, neste caso em especial, sobre a favela. Nesta produção, revela-se não a criação de um discurso sobre um “outro” mas, ao se tratar também de uma forma de autorrepresentação, como visto anteriormente, evidenciam como gostariam que fossem eles(as) mesmos(as) percebidos, assim como seu local de moradia, espaço geográfico, social e simbólico a partir do qual elaboram uma dimensão importante de sua identidade social enquanto parte da cidade, enquanto moradores de favelas e periferias, mas também como mulheres, no caso de gênero.

Essa negação da figura da liderança e das filiações institucionais talvez seja consequência de um desencanto com a política institucional, que está cercada de representações associadas a vícios, hierarquias e disputas de outros espaços. Nesse sentido, as entrevistadas da Marcha das Vadias evidenciam que a organização pela internet possibilita subverter algumas hierarquias existentes no feminismo mais institucionalizado, relatando haver mais liberdade para se expressar e mais espaço para as jovens militantes. Situação esta que nos remete mais uma vez a Castells (2007), quando afirma que a maior capacidade dos jovens para usar as novas tecnologias se converteu em fator de superioridade em relação a seus mais velhos e em um símbolo de reconhecimento entre iguais.

Nos casos estudados, o *cyberativismo* não está dissociado da militância ou ação social *offline* dos entrevistados. Ao contrário, constatou-se que a dicotomia entre on e offline pode ser pouco proveitosa para se compreender os fenômenos em questão e que, assim como esta, outros pares binários parecem estar sendo superados pelos jovens em suas práticas e discursos (como a oposição entre militância e vida pessoal; entre meios comunitários e Novas Tecnologias

etc.). Pierre Levy, por exemplo, em entrevista²⁷ concedida ao Estadão em março de 2013 afirma que qualquer forma que o cidadão use para se expressar é positiva, lembra também que desafios como discursos de ódio e intolerância não são especificidade da internet e precisam ser enfrentados on e offline.

O termo “ativismo de sofá”, frequentemente usado de forma pejorativa para designar ações militantes que se restringem ao espaço *online*, aparece na pesquisa como uma forma diferente de adesão, ainda que por vezes apenas simbólica, a diferentes causas: curtindo, compartilhando ou seguindo diferentes conteúdos e iniciativas, podendo ser acompanhada em maior ou menor intensidade da participação em ações ou redes presenciais, nas quais a aproximação de pessoas novas e autônomas nem sempre é fácil. Pelo observado na pesquisa, esse ativismo *online* também pode se tornar a porta de entrada para engajamentos presenciais. Por exemplo, algumas jovens mobilizadas para as marchas contra a violência de gênero por meio da Internet, conheceram a Camtra nas manifestações e a partir desse contato começaram a participar de atividades do Núcleo de Juventude da instituição.

Conforme descreve Dudu de Morro Agudo (2010), o Enraizados, por sua vez, tem origem na iniciativa sua iniciativa de enviar cartas para três militantes do Hip Hop de diferentes estados do país dizendo que fazia parte de uma organização com o objetivo de interligar pessoas que praticam esta cultura no Brasil e pedindo os materiais a respeito. Dois deles responderam dizendo que tinham passado seu endereço Dudu para outros militantes, que também responderam e em pouco tempo o volume de cartas fez com os custos com correios ficassem muito altos. A solução encontrada foi a criação do portal, mesmo que naquela época, meados de 1999, a Internet ainda não fosse muito popular. Passados menos de 15 anos, o Enraizados é uma organização que está presente em 17 estados brasileiros e em 10 países e, além das artes integradas do Hip Hop, utiliza o audiovisual e a comunicação alternativa para fomentar debates sobre direitos humanos.

Cabe destacar ainda que este tipo de ativismo têm obtidos resultados bastante concretos²⁸, como ocorreu no caso da campanha publicitária “Dieta do Sexo” relatada anteriormente, ou fim da veiculação da propaganda “Homens Invisíveis”²⁹, da cerveja Nova Schin, apesar de não ter tido qualquer tipo de retratação da empresa, apenas uma nota dizendo que “não houve intenção de ofender qualquer pessoas” e que as denúncias apresentadas ao Conar – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – tenham sido indeferidas.

27. <http://blogs.estadao.com.br/link/pierre-levy-nao-sou-contra-o-ativismo-de-sofa/>

28. <http://ativismodesofa.blogspot.com.br/2012/08/publicidade-machista-os-dias-de.html>

29. Neste comercial um grupo de amigos se pergunta o que aconteceria se fossem invisíveis e começam a pensar no que fariam: abaixar os calções de outros rapazes, atrapalhar a brincadeira de outras pessoas e, por fim, tirar vantagem da invisibilidade para ver mulheres nuas, até mesmo lhes arrancando os biquínis.

FALANDO PARA QUEM? FINANCIADO POR QUEM? RELAÇÕES COM PODER PÚBLICO E EMPRESAS

A relação entre enunciação de demandas e reivindicações e o poder público e empresas privadas se apresenta nos estudos realizados de formas diversas. Ao mesmo tempo em que aparecem como “outro”, a quem se direcionam críticas e para onde são endereçadas demandas (sobretudo no caso do poder público), no caso de jovens blogueiros(as) de favela, jovens feministas ou cineclubistas da Baixada Fluminense, por exemplo, Estado e empresas são também aqueles através dos quais diversos atores têm acesso a equipamentos. Políticas públicas como a do Ponto de Cultura (Ministério da Cultura), empresas públicas, como a Petrobrás, ou mesmo de empresas privadas. Vinculada a este universo está a possibilidade de acesso a recursos financeiros e de infraestrutura por meio de editais públicos, cada vez mais comum como forma de sustentabilidade de grupos/organizações juvenis culturais e sociais. Para ficarmos em alguns exemplos, Estimativa e Enraizados são Pontos de Cultura. O Movimento Enraizados é, ainda, responsável por turmas do Projovem Adolescentes, e o festival de roque promovido pelo Coletivo Let`s Pense foi patrocinado por um edital do governo estadual para este tipo de evento. A possibilidade de acesso a recursos financeiros deste tipo se dá, sobretudo no caso dos grupos/organizações institucionalizados do qual os(as) entrevistados(as) participam hoje (caso da Estimativa, do Viva Rio, do Observatório de Favelas, do Enraizados e dos cineclubes, por exemplo), mas também no caso de organizações e grupos dos quais alguns(mas) deles(as) participaram em seu processo de formação social e política (que podemos chamar de mediadores) e que, em certos casos, também significou acesso a equipamentos de ponta (como câmeras fotográficas e de filmar, projetores etc.) – caso, por exemplo, do Observatório de Favelas, Ceasm etc.

Retomando o debate sobre o contexto no qual se insere a geração aqui pesquisada, estamos falando de pessoas que cresceram junto com o aumento significativo das organizações não governamentais que trabalham em “comunidades de baixa renda”, sejam elas favelas ou bairros populares. Organizações locais e externas que desde a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – em 1990, vem tendo adolescentes e jovens como público-alvo preferencial. O que tem a ver, também, com possibilidades de financiamento vindas de empresas privadas (com o também recente investimento em “responsabilidade social” por parte de empresas privadas e públicas, por exemplo), mas também com direcionamento de políticas públicas voltadas para jovens (desde o Comunidade Solidária ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso e a diversificação de recursos para áreas populares nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva).

A passagem de diversos desses jovens por iniciativas com este tipo de financiamento pode acabar por constituir a possibilidade de eles próprios buscarem acessar estes recursos para suas iniciativas, como o caso do Enraizados, dos cineclubes, do Raízes em Movimento, Voz das Comunidades ou do Estimativa. Há, portanto, um certo tensionamento, que faz parte não apenas da realidade de alguns desses(as) jovens, mas de muitas organizações não governamentais com postura mais crítica, entre ter sustentabilidade institucional (já que, em geral, as principais fontes de financiamento são poder público ou empresas privadas) e manter a independência para continuar a criticar ideias, projetos, políticas públicas que, na visão deles, precisam ser questionados.

Atualmente, determinadas políticas, e talvez o exemplo mais paradigmático sejam os Pontos de Cultura do Ministério da Cultura, buscam fortalecer grupos locais em sua diversidade, apoiando trabalhos já existentes com investimento em pessoal e infraestrutura, mas trazendo consigo uma série de burocracias às quais tais grupos não estavam habituados, o que acaba facilitando a permanência de determinado perfil organizativo mais institucionalizado e menos daqueles que não pretendiam uma forte institucionalização. Outros casos são aqueles que acabam por fazer o papel de gestor e executor de determinada política pública, como no caso do Projovem Adolescente. Neste caso, a política tem um desenho bastante rígido e deve ser implementada, a organização que assume este papel passa a funcionar como “braço do estado”, assumindo tarefas que, em tese, ele deveria estar desempenhando. Os outros tipos de acesso a recurso, via editais ou através de redes de conhecimento que criam possibilidades de chegar mais perto de representantes de gestores públicos ou privados, ainda tende a ser o mais comum entre os coletivos investigados. No entanto, não se pode esquecer que diversas iniciativas aqui estudadas são muito mais fluidas e contam muito mais com recursos pessoais, familiares ou de redes de amigos, quando tal recurso se faz necessário, que é o caso dos(as) blogueiros(as) de favela, que em sua maioria, investe seu salário (ou conta com ajuda de parentes) na compra de equipamentos, por exemplo. Este é o caso também das marchas contra a violência de gênero, por exemplo. No entanto, muitas vezes, tanto no caso dos blogueiros(as) de favela como nas marchas relacionadas à gênero, os indivíduos envolvidos possuem certo capital social que os permite acessar redes de instituições (essas sim com financiamentos de vários tipos) que contribuem, no primeiro caso, para acesso a equipamentos, por exemplo, e, no segundo, com espaços para reuniões, acesso a computadores/telefones ou a recursos mínimos para criação de cartazes ou coisas do tipo.

Em alguns casos, há, no entanto, uma busca intencional por respostas do poder pública sobre políticas que não estão de acordo

com o que se espera delas. Talvez, no estudo de caso sobre identidade favelada isso apareça com maior intensidade no que se refere à segurança pública e moradia e políticas urbanas. Os entrevistados estiveram envolvidos de formas diversas de iniciativas e mobilizações, que passaram pela Internet, em que cobravam esclarecimentos sobre, em seu entender, práticas questionáveis por parte de agentes públicos ou de órgãos públicos. Obras do PAC deixadas pela metade em favelas do Complexo do Alemão, a ameaça de remoção a moradores de uma área da favela de Santa Marta e o toque de recolher empreendido por policiais da UPP – Unidade de Polícia Pacificadora – são exemplos de situações que levaram a cobranças por parte de moradores em que as Novas Tecnologias, sobretudo Internet e redes sociais, foram acionadas para dar visibilidade ao ocorrido, mas também como ferramentas de convocação. Cada uma das ações em questão resultaram em respostas distintas. Há, ainda, casos relatados durante as entrevistas em que, sobretudo do Twitter, é usado como canal de interlocução com setores do poder público (na figura de determinado secretário, por exemplo), mas nesses casos, ainda que tenha havido resposta imediata via Twitter, poucas reações concretas (como a resolução dos problemas denunciados) são contadas.

Assim como nos casos das ações e mobilizações contra iniciativas/práticas do Estado que foram mapeadas na pesquisa sobre identidade favelada, no estudo de caso sobre gênero e o uso das Novas Tecnologias também foram encontradas ações envolvendo jovens mulheres denunciando atividades de empresas, como a Marcha contra a Mídia Machista ou mesmo parte do temário que envolve a Marcha das Vadias, em que há denúncias diversas sobre a mercantilização do corpo da mulher sobretudo em publicidade de marcas diversas. Um exemplo emblemático em termos de resposta da empresa, observado no período da pesquisa, refere-se ao caso da propaganda chamada a “Dieta do sexo”, em que a marca de preservativos Prudence, da empresa DKT do Brasil, incentivava o estupro informando quantas calorias seriam gastas fazendo sexo sem o consentimento da mulher. No Facebook, a propaganda havia sido postada em 16 de julho de 2012, diante dos inúmeros comentários negativos e campanhas *online* realizadas, duas semanas depois a publicação havia sido excluída e havia uma nova em que a empresa se retratava publicamente lamentando o ocorrido e se comprometendo a criar uma campanha contra a violência sexual. Em 14 de agosto foi postado um convite para curtir a página da campanha DKT Alerta³⁰, “criada especialmente para colaborar com a prevenção à violência sexual contra a mulher!”, que durante 20 dias receberia ideias e sugestões para inibir este tipo de crime, as mais votadas seriam entregues à Secretaria de Políticas da Mulher.

30. <https://www.facebook.com/DKAlerta>

ONLINE X OFFLINE? – TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO

A relação entre os(as) entrevistados, o território e as Novas Tecnologias da informação e da comunicação é central em nosso estudo. Por um lado é preciso não perder de vista que o acesso a tais tecnologias e, sobretudo à Internet, não está desvinculado de uma dimensão concreta e territorial deste acesso. De acordo com Name (2012):

Ter acesso à Internet depende, afinal, de uma infraestrutura que, no caráter de rede técnica, pouco difere de outras como a viária, de água, esgoto ou drenagem: é formada também por uma trama de nós e linhas, pela qual é possibilitada a circulação de algo que se quer distribuir. Mas diferente daquelas mais usuais, as redes técnicas que são suporte às NTICs têm componentes geralmente muito pequenos e leves, usualmente escondidos da visão do público, como no caso dos cabos de fibra ótica, as salas de servidores e os canos enterrados debaixo das estradas ou correndo por dentro das paredes e sob os pisos.

Há, portanto, uma dimensão que não se pode deixar de considerar. Se há um acesso mais disseminado entre moradores de áreas populares é porque houve nos últimos anos uma certa democratização no acesso a essas tecnologias que se vincula também à percepção destas pessoas como consumidores desses bens e serviços. Para além dos serviços de acesso à Internet, equipamentos que antes eram utilizados com outros fins (computadores e telefones celulares, por exemplo) também passam a ser utilizados por moradores dessas áreas como meios de acesso à Internet, por exemplo. Nos dados coletados junto aos(às) entrevistados nos três estudos de caso, o acesso à Internet via *desktops* em geral se relaciona ao acesso pelo computador do trabalho, do celular e de *netbooks* ou *tablets*. Um exemplo para além de nossa pesquisa reforça nosso argumento. De acordo com artigo recente de Ronaldo Lemos (2013), “Cerca de 5 milhões de brasileiros acessaram a internet por meio de tablets em 2012. Em 2011 o número era de pouco mais de 200 mil. (...) Uma parte das tabletas populares acaba indo parar nas periferias do país. Com isso, há um novo fenômeno: da mesma forma como muita gente comprou celular sem jamais ter tido um telefone fixo, há hoje pessoas comprando um tablet sem nunca ter tido antes um computador”. Se há um maior acesso a estas tecnologias, este vem se dando, sobretudo, via consumo³¹. Ainda são raras, por exemplo, as favelas e os bairros populares onde há sinal de Internet liberado para seus(suas) moradores. Quando isto acontece (no estudo isto aparece na favela de Santa Marta, zona sul do Rio de Janeiro), este ainda é precário e se restringe a certas partes da localidade.

O sentido do território na pesquisa extrapola em muito a dimensão anteriormente descrita. Em dois dos casos estudados – identidade favelada e cultura na Baixada Fluminense – ele é um dos motivadores

31. Este ponto é essencial se pensamos que há um debate mais amplo acerca do marco regulatório da Internet no Brasil e uma forte demanda, inclusive juvenil, pela Banda Larga. Para mais informação sobre o Programa Nacional de Banda Larga, ver <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>.

principais das ações e iniciativas dos(as) entrevistados dentro e fora da Internet. A Baixada Fluminense, no caso da cultura, aparece como um ponto forte e passa por uma relação de autoidentificação e pertencimento que, ao mesmo tempo em que pretende manifestar sua insatisfação que na maioria das vezes tem a ver com a má atuação do poder público e/ou a ausência de políticas públicas que garantam direitos, propõe-se a construir um novo imaginário sobre aquele território, afirmando-o positivamente. Esta dimensão está presente tanto nos cineclubes Buraco do Getúlio e Mate com Angu como no trabalho do Enraizados. No caso da identidade favelada, fenômeno muito semelhante está em jogo. Os dois casos aproximam-se na medida em que boa parte das pessoas que constituem as iniciativas estudadas está envolvida em iniciativas de cultura e comunicação em que a ideia de disputa de certo imaginário é central. Os jovens moradores de favelas buscam construir uma visão positiva sobre seu local de moradia, sobretudo com textos e imagens fotográficas, mas, assim como no caso da Baixada Fluminense, não deixam de lado a crítica e a denúncia, sobretudo relacionadas ao descaso do poder público com tais territórios. Baixada Fluminense e favelas são o local de moradia dessas pessoas, onde constroem relacionamentos de diversos tipos e onde construíram as condições de mobilização social que transformaram-nas em militantes, ativistas ou trabalhadores sociais. Esta relação entre eles e seu território não é uma mera casualidade, mas em diversos casos é motivadora de suas ações, motivo de orgulho (“ser nascido e criado na favela”, por exemplo) e de mobilização para melhorias e reivindicações. Ao mesmo tempo, a ação via Internet permite que determinados assuntos possam extrapolar territórios, encontrando ecos em lugares distantes fisicamente, mas com realidades sociais semelhantes. Por outro lado, a divulgação de determinados acontecimentos e assuntos na Internet (seja de forma anônima, seja utilizando seu nome ou da organização a que está associado) pode ajudar a preservar a segurança física das pessoas que fazem determinadas denúncias, sobretudo em casos relacionados à violência policial.

No caso que se relaciona a gênero/jovens mulheres, o território não tem o mesmo peso, ou a mesma centralidade. No entanto, e apesar do amplo uso das NTICs, em especial a Internet, é importante registrar que nenhuma das experiências pesquisadas abre mão de outras formas de ação pré-existentes, tais como realização de eventos presenciais, produção de panfletos e cartazes e/ou o dito “olho no olho”. Assim como para as entrevistadas, a Internet é uma espaço de divulgação e mobilização para pautas que estão presentes no seu ativismo cotidiano. Ela tem se destacado também, especialmente o Facebook, na organização, divulgação e visibilidade de eventos, tanto os aparentemente “espontâneos”, como os promovidos por coletivos iden-



tificados e organizados presencialmente. Porém, não se pode perder de vista que internet é apenas um instrumento que potencializa ações e movimentos que estão se dando também *offline*. O território é o cenário dessas relações *offline*. As instituições, universidades, bares em que se encontram para organizar uma passeata ou as ruas e calçadas em que estas passeatas e atividades são realizadas tornam-se territórios de luta na medida em que é o uso que é feito dele que lhes atribui significado. Em todos os estudos de caso, seria possível traçar mapas por onde passam e passaram os(as) entrevistados(as) e que se realizam enquanto tais na medida em que neles são criadas redes de amizade, solidariedade, familiares etc., mas também que são ressignificados a partir de atividades políticas por eles criadas como no caso das Marchas das Mulheres, dos cineclubes realizados em bares, clubes etc e das mobilizações nas favelas como o #Ocupa (Borel/Alemão), atos contra a morte de jovens pela Polícia na Maré e as mobilizações contra a remoção no Santa Marta, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões e Sociologia*. Rio de Janeiro, Editora Marci Zero, 1983.
- _____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O poder simbólico*. 2000. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *Comunicación móvil y sociedad. Una perspectiva global*, Editorial: Ariel – Fundación Telefónica, 2007.
- DUDU, de Morro Agudo. *Enraizados, os híbridos glocais*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. *Mas allá del tercer mundo. Globalización e diferencia*. Bogotá: ICANH, 2005.
- FARIAS, Juliana. Da capa de revista ao laudo cadavérico: pesquisando casos de violência policial em favelas cariocas. Comunicação apresentada no Colóquio Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências - UERJ. *Mimeo*. Rio de Janeiro, 2011.
- FEIXA, Carles. LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 25, Número 2, Maio/ Agosto 2010, p. 185-204.
- _____. NILAN, Pam. Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais. *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais*. N. 31, Setembro de 2009, p. 13-28.
- GAMA, Fabiene. A auto-representação fotográfica em favelas e o movimento de inclusão digital. Paper apresentado durante a 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.
- HINE, Christine. *Etnografía Virtual*. Editorial UOC, Colección Nuevas Tecnologías y Sociedad, 2004.
- IBASE, POLIS. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro, 2005.
- LÂNES, Patrícia. As novas tecnologias nas mobilizações sociais. In: *Observatório da Imprensa*. Publicado em 22 de fevereiro de 2011. Acesso em 27 de agosto de 2012. http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/as_novas_tecnologias_nas_mobilizacoes_sociais
- LEMONS, André. *Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão*. Comunicação apresentada no Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.
- MARTINS, Gizele de Oliveira. *Cidadãos e vítimas: a representação de dois crimes nos jornais cariocas. O Cidadão, Meia Hora, Expresso, O Dia e O Globo*. Monografia de conclusão de curso. Departamento de Comunicação da PUC/RJ, 2011.
- MÁXIMO, Maria Elisa. O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs. *Civitas*, Porto Alegre, v.7, n.2, jul.-dez. 2007, p. 25-47.
- MONTARDO, Sandra Portella. PASSERINO, Liliana Maria. Estudo dos blogs a partir da netnografia: possibilidades e limitações. In: *Novas Tecnologias na Educação*. CINTED-UFRGS. V. 4, Nº 2, Dezembro, 2006.

NAME, Leonardo. Das redes às ruas: novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público. In: RHEINGANTZ, Paulo Afonso; PEDRO, Rosa (orgs.). Qualidade do lugar e cultura contemporânea. Controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos. Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2012.

NOVAES, Regina. VITAL, Christina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (org.) Associando-se à juventude para construir o futuro. São Paulo: Peirópolis, 2005. Disponível em <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodeestudosdajuventude/Documents/Banco%20de%20Dados%20Jovens/10.%20SOCIOLOGIA%20DA%20JUVENTUDE/10.18.%20juventude%20subjetividade.pdf>

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. EUGENIO, Fernanda. (orgs.) Culturas Jovens – novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NOVAES, Regina Reyes. RIBEIRO, Eliane. Livro das Juventudes Sul-americanas. Ibase, Pólis, IDRC. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em http://www.ibase.br/userimages/livros%20das%20juventudes_FINAL1.pdf

RIBEIRO, Eliane. SANTORO, Maurício. LÂNES, Patrícia. NOVAES, Regina Reyes. 6 demandas para a construção de uma agenda comum. Relatório Sul-americano da pesquisa Juventude e Integração Sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis. Ibase, Pólis, IDRC. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em http://www.ibase.br/userimages/relatoriojuventudeo8_sul_americano2.pdf

ROCHA, Lia de Mattos. Representações e autorrepresentações: notas sobre a juventude carioca moradora de favela e os projetos sociais de audiovisual. 35º Encontro Anual da Anpocs. 24 a 28 de outubro de 2001. Caxambu, MG, Brasil.

RIBEIRO, Marina. Relatório estudo de caso Cultura e novas tecnologias na Baixada Fluminense - pesquisa Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas. Rio de Janeiro. Ibase, 2013.

RUIZ, Oscar Aguillera. Medios de comunicación em Chile, movimientos juveniles y políticas de la visibilidad. In: Dossiê Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo. Vol. 5. N. 14. P. 55-68. Nov. 2008.

SOUZA, Patrícia Lânes Araujo de. Engajamento e políticas públicas de juventude: novas conformações da militância entre jovens no RJ. IX Reunião de Antropologia do Mercosul, 10 a 13 de julho de 2011, Curitiba, PR, Brasil.

_____. Vozes dissonantes: novas tecnologias e comunicação entre jovens da América do Sul. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional Ciencias Tecnologias y Culturas. Diálogos entre das Disciplinas del Conocimiento. Santiago, Chile, janeiro de 2013.

_____. Relatório estudo de caso Identidade favelada e novas tecnologias - pesquisa Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas. Rio de Janeiro. Ibase, 2013.

VIZER, Eduardo A. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: FERREIRA, Jairo e VIZER, Eduardo A. (orgs.). Mídia e movimentos sociais: linguagem e coletivos em ação. São Paulo: Paulus, 2007.

ZANETTI, Julia Paiva. Relatório estudo de caso Gênero e novas tecnologias-pesquisa Jovens pobres e o uso das NTICs na criação de novas esferas públicas democráticas. Rio de Janeiro. Ibase, 2013.

ROTEIRO ENTREVISTA INDIVIDUAL

TRAJETÓRIA

- Nome, idade, onde nasceu e onde mora
- Escola – onde estudou, se ainda estuda, o quê, onde
- Trabalho – como e quando começou, por onde passou e onde está atualmente

PARTICIPAÇÃO/MILITÂNCIA

- Início da militância – Como? Quando? Com que idade? Onde? Através de quem?
- Outras experiências – Religião, escola/universidade, família, trabalho, local de moradia
- Experiência atual – Onde participa/ milita atualmente? De que formas? Existe alguma relação entre a sua vida profissional e militante?
- Breve histórico do grupo
- Como você entrou para o grupo?
- O grupo sempre usou as NTICs, por que e que uso faz atualmente destas?
- Quais as ferramentas que utiliza para divulgar/ mobilizar? (Usa as NTICs, como? Quais? Celular? Internet?)

NOVAS TECNOLOGIAS E PARTICIPAÇÃO

- Quando e como tomou conhecimento/ se interessou e aprendeu a usar essas NTICs (algum curso, algum amigo/a ensinou, escola, família etc.)
- E você tem sentido/sente necessidade de se atualizar para lidar com essas ferramentas? Como você faz isso?
- Nas redes sociais, *blogs* etc. você costuma “separar” sua vida pessoal das atividades de militância? Como essas coisas se relacionam pra você?
- Como é sua “militância virtual”/como você definiria sua “militância virtual”?
- Como sua militância na Internet se relaciona a sua “militância *offline*”?
- Com quais *sites*, *blogs* etc você colabora? Quais são os assuntos? De que forma se dá essa colaboração?
- Onde você mora, você conhece muita gente que faz uso das novas tecnologias (Internet, celular etc) para mobilizar as pessoas ou reivindicar direitos? Como? Pedir exemplos.
- Você costuma usar ou já usou máquina digital (celular inclusive) ou torpedos (celular) ou alguma outra ferramenta semelhante para denunciar violações de direitos ou situações de violência? Pedir exemplos. Conhece alguém que faça isso? Pedir exemplos.

QUESTIONÁRIO PERFIL D@S ENTREVISTAD@S – APLICADO APÓS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

IDADE: _____

SEXO:

Masculino Feminino

ORIENTAÇÃO SEXUAL:

Heterossexual Bissexual Lésbica Gay
 Trans Outro: _____
 NS/NR

COR/RAÇA:

Preta Parda Branca Amarela
 Indígena NS/NR

QUAL É SUA RELIGIÃO?

Afrobrasileira (Candomblé, Umbanda)
 Protestante ou Evangélica
 Espírita (Kardecista, de mesa)
 Católico
 Judaica
 Orientais (Budismo, Islamismo)
 Não tem religião (ateu, agnóstico)
 Tem fé, mas não tem uma religião
 Outra. Qual? _____

ESTADO CIVIL:

Solteiro(a) Casado(a)/Vive junto
 Separado(a)/Divorciado(a) Viúvo(a)
 Outro: _____ NS/NR

TEM FILHOS(AS)?

Sim Não Se sim, quantos? ____

VOCÊ ESTÁ ESTUDANDO:

Sim Não NS/NR

QUAL SUA ESCOLARIDADE:

Ensino fundamental completo
 Ensino fundamental incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino médio incompleto
 Graduação completo
 Graduação incompleto.

QUAL CURSO?

Mestrado/ Doutorado NS/NR

EM QUE CIDADE E BAIRRO VOCÊ NASCEU?

EM QUE CIDADE E BAIRRO VOCÊ MORA?

VOCÊ MORA OU JÁ MOROU EM FAVELA?

Sim Não NS/NR

ATUALMENTE VOCÊ:

- Está trabalhando
- Nunca trabalhou e não é sua intenção no momento procurar trabalho
- Nunca trabalhou mas está procurando trabalho
- Já trabalhou e está desempregado(a)
- NS/NR

SOMENTE PARA QUEM TRABALHA QUANTO VOCÊ GANHOU POR SEU TRABALHO NO MÊS PASSADO?

R\$ _____ NS/NR

ALÉM DE VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA CASA?

01 02 03 04 05 ou mais NS/NR

SOMANDO TODAS AS RENDAS DO DOMICÍLIO, INCLUINDO A SUA, DE QUANTO FOI APROXIMADAMENTE A RENDA FAMILIAR EM SUA CASA NO MÊS PASSADO?

- De até R\$ 622
- Entre R\$ 623 e R\$ 1.000
- Entre 1.001 e R\$ 2.000
- Entre R\$ 2.001 e R\$ 3.000
- Entre R\$ 3.001 e R\$ 4.000
- Entre R\$ 4.001 e R\$ 6.000
- Mais de R\$ 6.000
- NS/NR

QUANDO VOCÊ ESTÁ ENVOLVIDO COM A PROMOÇÃO/ DIVULGAÇÃO DE ALGUMA CAUSA/ DIREITO, QUE MEIOS VOCÊ USA (PODE MARCAR MAIS DE UM)?

- Panfletos e cartazes
- E-mail* (Internet)
- Postagem em *blogs*
- Redes sociais (Orkut, Facebook, Twitter)
- Celular (envia torpedos/ SMS)
- YouTube (postagem de vídeos)
- Outros, quais? _____

VOCÊ DIRIA QUE USA A INTERNET:

Pouco Muito Mais ou menos NS/NR

QUAIS DESSAS REDES SOCIAIS/SITES DE COMPARTILHAMENTOS VOCÊ ATUALMENTE ACESSA (PODE MARCAR MAIS DE UM) ?

- Orkut Facebook Twitter YouTube
- MySpace Flickr Google + LinkedIn
- Foursquare Pinterest Instagram
- Last FM Outro NS/NR

QUAL FERRAMENTA VOCÊ MAIS UTILIZA PARA LUTAR POR SEUS DIREITOS NA INTERNET?

- | | | | |
|--------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Orkut | <input type="checkbox"/> Facebook | <input type="checkbox"/> Twitter | <input type="checkbox"/> YouTube |
| <input type="checkbox"/> MySpace | <input type="checkbox"/> Flickr | <input type="checkbox"/> Google + | <input type="checkbox"/> LinkedIn |
| <input type="checkbox"/> Foursquare | <input type="checkbox"/> Pinterest | <input type="checkbox"/> Instagram | <input type="checkbox"/> MSN |
| <input type="checkbox"/> Google Talk | <input type="checkbox"/> ICQ | <input type="checkbox"/> Skype | |

Outro: _____

NORMALMENTE, DE QUE LOCAIS ACESSA A INTERNET?

- Computador *desktop* em casa
- Computador *desktop* no trabalho
- Computador *desktop* na escola/universidade
- Lan house*
- Laptop/notebook*
- Celular
- Tablet*
- Outro: _____

POR QUAL DAS OPÇÕES ACIMA ACESSA A INTERNET COM MAIS FREQUÊNCIA?

ibase.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES
SOCIAIS E ECONÔMICAS**

Av. Rio Branco, 124 / 8º andar
20040-916 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2178-9400
Fax: (21) 2178-9402
e-mail: comunicacao@ibase.br

www.ibase.br
twitter.com/ibasenet
facebook.com/ibase.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Mórula Oficina de Ideias
www.morula.com.br

**PUBLICADO SOB LICENÇA CREATIVE COMMONS.
ALGUNS DIREITOS RESERVADOS:**

